

Relatório Contábil 2022

Fundação Agência das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá

NOSSA MISSÃO

Executar ações para implantação das políticas de recursos hídricos dos Comitês PCJ fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira.

NOSSA VISÃO DE FUTURO – HORIZONTE ATÉ 2035

Ser reconhecida pela sociedade por sua eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida. A Agência das Bacias PCJ aspira, até 2035, alcançar os seguintes desafios:

Conquistar o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos.

Consolidar-se como modelo de Agência de Bacias Hidrográficas pelas práticas de suporte à gestão dos recursos hídricos.

Facilitar a comunicação, o relacionamento e o processo de cooperação entre os diversos atores dos Comitês das Bacias PCJ.

Tornar-se uma marca de credibilidade quando associada ao adequado suporte à gestão dos recursos hídricos.

Alcançar alto grau de excelência em gestão de projetos e conhecimento tecnológico em recursos hídricos.

NOSSOS VALORES

Sustentam as Premissas Norteadoras das Nossas Atitudes, Orientam a Nossa Postura e Guiam Todas as Tomadas de Decisão:

Transparência e Integridade: Agimos em todas as circunstâncias orientados por uma conduta ética, gerando e disponibilizando informações corretas, claras e confiáveis.

Integração e Cooperação: Cultivamos o diálogo, a colaboração e a parceria entre organizações que, juntos, são capazes de gerar resultados duradouros.

Comprometimento: Atuamos com responsabilidade, dedicação e empenho para honrar nossos compromissos e ter sucesso no cumprimento de nossos objetivos.

Empreendedorismo: Desempenhamos nossas atividades com iniciativa, criatividade e realismo para apresentar soluções inovadoras e executá-las.

Excelência em Gestão: Buscamos atingir melhoria contínua em todos os processos de gestão, aliada a práticas que assegurem altos níveis de desempenho.

APRESENTAÇÃO

RELATÓRIO CONTÁBIL 2022
AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ

O Relatório Contábil é uma ferramenta gerencial que apresenta de maneira detalhada e organizada os dados econômico-financeiros durante um determinado período. Tal documento visa apoiar o acompanhamento de indicadores financeiros e de desempenho.

Neste sentido, o Relatório Contábil é uma importante ferramenta de análise da situação financeira e auxílio na gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ.

O presente documento está estruturado da seguinte forma: na primeira parte é apresentada a Execução Orçamentária dos últimos 5 anos. Em seguida, são apresentadas as receitas e despesas detalhadas da Agência das Bacias PCJ de 2022. Por fim são apresentadas as Demonstrações Contábeis de 2022.

Realização:

Ivens de Oliveira

Sergio Razera

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Apoio:

M^a Carolina Moraes

Coelho de Moura

Pablo Cordeiro Vacari

Sumário

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5
2. RECEITAS	7
2.1 RECEITA FEDERAL	7
2.1.1 COBRANÇA FEDERAL	7
2.1.2 PROJETO ED DIGITAL	11
2.2 RECEITA ESTADUAL	12
2.2.1 COBRANÇA ESTADUAL PAULISTA	12
2.2.2 ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	18
2.3 PROJETO ECOCUENCAS	18
2.4 TERMO DE COOPERAÇÃO SABESP	19
3. DESPESAS	19
3.1 DESPESAS COM CUSTEIO ADMINISTRATIVO	20
3.2 REPASSES PROGRAMAS DE RECURSOS HÍDRICOS	20
3.3 PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	22
3.4 PROJETO PAPEL ZERO	24
3.5 ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	24
3.6 PROJETO ECOCUENCAS	25
4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	25
4.1 BALANÇO PATRIMONIAL	25
4.2 DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	26
4.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	26
4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	27
4.5 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27
4.6 NOTAS EXPLICATIVAS	27
5 ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	27
5.1 LIQUIDEZ CORRENTE	28
5.2 LIQUIDEZ IMEDIATA	28
5.3 LIQUIDEZ GERAL	29
5.4 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	29
5.5 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
5.6 MARGEM LÍQUIDA	30
ANEXOS	31

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária consiste em uma importante ferramenta de gestão que permite avaliar a mensurar as ações quanto à origem e aplicação de recursos.

A Execução Orçamentária da Agência das Bacias PCJ, conforme Tabela 1 a seguir, demonstra as receitas e despesas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando os valores realizados dos últimos 5 anos.

Tabela 1 – Execução Orçamentária de 2018 a 2022 em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	Receita Realizada 2018	Receita Realizada 2019	Receita Realizada 2020	Receita Realizada 2021	Receita Realizada 2022
1. Receita Federal	33.017.178,72	33.160.822,73	20.259.802,76	15.158.799,90	15.800.774,00
1.1 Receita Transferência Federal (Repasses)	19.979.764,58	13.637.232,70	3.720.363,93	1.718.389,81	290.110,07
1.2 Receita Transferência Federal (Custeio Federal)	1.256.138,62	1.280.601,22	1.054.520,71	829.842,65	1.077.647,98
1.3 Receita Transferência Federal (Ações de Apoio)	6.087,88	-	-	-	-
1.4 Receita Transferência Federal (PAP)	11.509.471,80	18.146.281,29	15.437.473,69	12.574.544,04	14.396.992,55
1.4.01 Receita Transf. Federal (PAP 2013-2016)	1.404.133,94	1.521.876,43	323.821,49	-	-
1.4.02 Receita Transf. Federal (PAP 2017-2020)	10.105.337,86	16.624.404,86	15.113.652,20	7.091.546,36	569.259,98
1.4.03 Receita Transf. Federal (PAP 2021-2025)	-	-	-	5.482.997,68	13.827.732,57
1.5 Receita Projeto ED Digital	265.715,84	96.707,52	47.444,43	36.023,40	36.023,40
2. Receita Estadual	2.670.675,44	2.868.172,76	2.312.413,01	2.563.340,17	2.980.778,64
2.1 Receita Transf. Estadual (Custeio Estadual)	2.231.269,06	2.237.137,71	1.944.492,89	2.131.489,11	2.183.322,01
2.2 Rendimento Aplic. Financeira (Custeio Estadual)	244.913,25	258.631,22	105.956,56	233.306,48	701.862,52
2.3 Receita Transf. Estadual (Secretaria Executiva)	194.493,13	372.403,83	261.963,56	198.544,58	95.594,11
3. Receita Projeto Ecocuenças	-	-	-	-	1.206,77
3.1 Receita Projeto Ecocuenças	-	-	-	-	1.206,77
4. Receita Fórum Mundial da Água	902.988,39	-	-	-	-
4.1 Receita Fórum Mundial das Águas	902.988,39	-	-	-	-
Total de Receitas	36.590.842,55	36.028.995,49	22.572.215,77	17.722.140,07	18.782.759,41
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	Despesa Realizada 2018	Despesa Realizada 2019	Despesa Realizada 2020	Despesa Realizada 2021	Despesa Realizada 2022
4. Despesa Federal	33.023.468,08	33.163.723,98	20.259.844,83	15.158.799,90	15.800.774,00
4.1 Despesas - Custeio Federal	1.354.737,20	1.379.437,80	1.291.959,95	1.262.427,98	1.283.502,47
4.1.01 Despesas com Pessoal (Custeio Federal)	854.236,79	848.405,52	908.514,66	851.250,78	823.785,04
4.1.02 Despesas Gerais (Custeio Federal)	500.500,41	531.006,08	383.429,83	411.120,20	445.392,03
4.1.03 Despesas Financeiras (Custeio Federal)	-	-	-	-	-
4.1.04 Despesas Tributárias (Custeio Federal)	57,00	14.325,40	12.100,96	14.011,17	40.786,11
4.2 Repasses Programas Recursos Hídricos (Federal)	19.979.764,58	13.637.232,70	3.720.363,93	1.718.389,81	290.110,07
4.3 Ações de Apoio a Gestão - (Federal)	6.087,88	-	-	-	-

4.4 Plano de Aplicação Plurianual (Federal)	11.509.471,80	18.146.281,29	15.437.473,69	12.574.544,04	14.396.992,55
4.4.01 - PAP 2013-2016	1.404.133,94	1.521.876,43	323.821,49	-	-
4.4.02 - PAP 2017-2020	10.105.337,86	16.624.404,86	15.113.652,20	7.091.546,36	569.259,98
4.4.02 - PAP 2021-2025	-	-	-	5.482.997,68	13.827.732,57
4.5 Despesas - Projeto Papel Zero (ED Digital)	265.715,84	96.707,52	47.444,43	36.023,40	36.023,40
5. Despesa Estadual	2.112.163,22	2.252.230,86	2.108.150,85	2.036.137,28	2.643.852,55
5.1 Despesas - Custeio Estadual	1.917.670,09	1.879.827,03	1.846.187,29	1.837.592,70	2.548.258,44
5.1.01 Despesas com Pessoal (Custeio Estadual)	1.266.525,39	1.374.270,94	1.424.711,72	1.260.177,34	1.451.102,61
5.1.02 Despesas Gerais (Custeio Estadual)	532.062,84	396.347,34	361.168,43	492.215,80	925.182,64
5.1.03 Despesas Financeiras (Custeio Estadual)	62.483,30	62.960,92	38.548,25	46.682,65	57.235,32
5.1.04 Despesas Tributárias (Custeio Estadual)	56.598,56	46.247,83	21.758,89	38.516,91	114.737,87
5.2 Desp. Secretaria Executiva dos Comitês (Estadual)	194.493,13	372.403,83	261.963,56	198.544,58	95.594,11
5.2.01 Despesas Secretaria Executiva	186.909,36	365.173,74	258.548,81	195.174,30	90.272,27
5.2.02 IR + IOF s/ aplicação - Secretaria Executiva	7.493,33	6.440,50	1.068,64	1.405,53	2.171,84
5.2.03 Tarifa Bancária - Secretaria Executiva	90,44	789,59	2.346,11	1.964,75	3.150,00
6. Despesa Projeto Ecocuecenas	-	-	-	-	1.206,77
6.1 Despesas Projeto Ecocuecenas	-	-	-	-	1.206,77
7. Despesa Fórum Mundial da Água	902.988,39	-	-	-	-
7.1 Despesas Fórum Mundial da Água	902.988,39	-	-	-	-
Total de Despesas	36.038.619,69	35.415.954,84	22.367.995,68	17.194.937,18	18.445.833,32
RESULTADO DO EXERCÍCIO	552.222,86	613.040,65	204.220,09	527.202,89	336.926,09

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ.

A Execução Orçamentária apresenta as receitas e despesas realizadas e são classificadas de acordo com a sua origem, ficando assim evidenciado para 2022:

Gráfico 1: Receitas Realizadas em 2022.

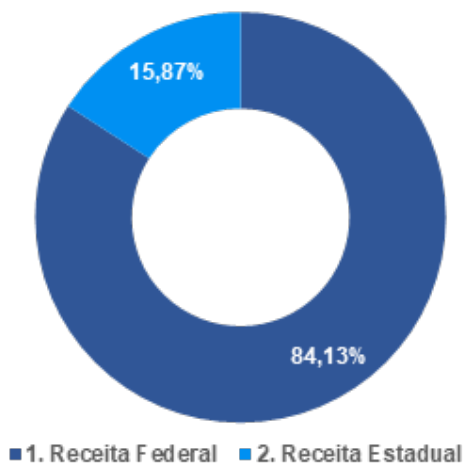
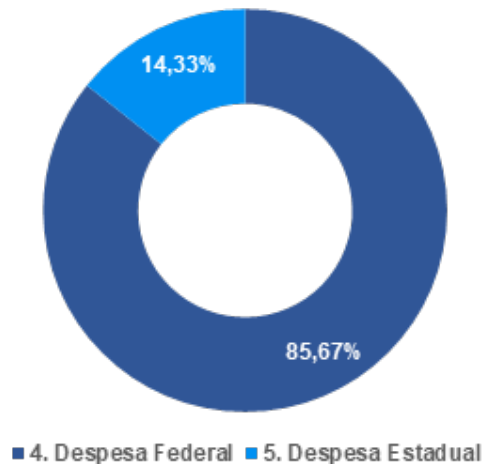


Gráfico 2: Despesas Realizadas em 2022.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Do total das receitas realizadas em 2022, 84,13% corresponde à Receita Federal e 15,87% é referente à Receita Estadual. Já nas despesas, 85,67% corresponde à Despesa Federal e 14,33% é referente à Despesa Estadual. E ainda, foram realizados valores referentes ao Projeto Ecocuenças, onde representaram menos de 0,01% das receitas e despesas, com isso, não sendo evidenciado no gráfico.

A seguir são detalhadas as receitas.

2. RECEITAS

Conforme apresentado na Execução Orçamentária, as Receitas de 2022 foram divididas em 3 grupos: Receita Federal, Receita Estadual e Projeto Ecocuenças, as quais serão detalhadas a seguir.

2.1 RECEITA FEDERAL

A origem da Receita Federal está vinculada ao Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA celebrado entre a Agência Nacional de Águas - ANA e Fundação Agência das Bacias PCJ com anuência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí - Comitês PCJ.

De acordo com o referido Contrato, cabe à Agência das Bacias PCJ gerenciar os recursos financeiros gerados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas Bacias PCJ. Para isso, a ANA transfere para a Agência das Bacias PCJ todas as receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio da União nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, conforme o art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 10.881, de 2004.

Além dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, podem ser destinados para o cumprimento do Contrato de Gestão recursos orçamentários provenientes do próprio orçamento da ANA.

2.1.1 COBRANÇA FEDERAL

Dos valores arrecadados com a cobrança, incluindo os rendimentos de aplicação financeira, deve ser respeitado o limite de 7,5% (sete e meio por cento) para as despesas de custeio administrativo, devendo o restante ser utilizado para investimento em obras, estudos, projetos ou serviços, ou seja, 92,5% (noventa e dois e meio por cento). Também é importante ressaltar que o saldo disponível para custeio administrativo de exercícios anteriores pode ser utilizado no ano corrente.

Em 2019, a Auditoria da ANA recomendou a realização de aplicação financeira em fundo de curto prazo. Assim, a partir de 01 de agosto de 2019, os valores a serem utilizados num prazo inferior a 30 dias devem ser aplicados especificamente em fundo de renda fixa de curto prazo, cuja composição da carteira é de 100% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Já os recursos financeiros a serem utilizados em prazo igual ou superior a 30 dias devem permanecer aplicados em caderneta de poupança. Os rendimentos de ambas aplicações serão, obrigatoriamente, utilizados para mesma finalidade, estando sujeitos as mesmas condições exigidas para os recursos transferidos.

O Relatório de Arrecadação Acumulada – Exercício 2022 apresenta mensalmente o valor da arrecadação, do rendimento de aplicação financeira, a divisão dos 7,5% disponíveis para custeio administrativo e 92,5% para investimento, os repasses efetuados pela ANA e o saldo acumulado a transferir, conforme Tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Relatório de Arrecadação Acumulada Federal 2022, em R\$

Mês	Arrecadação	Rendimento de Aplicação Financeira	7,5% Custeio Administrativo	92,5% Investimento	Repasses efetuados	Saldo acumulado a transferir
Saldo Acumulado de 2021						830.962,57
Janeiro	107.531,94	201.880,55	23.205,94	286.206,55	95.111,00	843.383,51
Fevereiro	271.901,91	216.875,01	36.658,27	452.118,65	-	1.115.285,42
Março	8.832,89	176.548,41	13.903,60	171.477,70	-	1.124.118,31
Abril	2.105.625,28	209.954,98	173.668,52	2.141.911,74	-	3.229.743,59
Maio	3.078.643,69	187.007,66	244.923,85	3.020.727,50	2.584.945,89	3.723.441,39
Junho	3.404.438,48	236.939,43	273.103,34	3.368.274,57	3.201.677,91	3.926.201,96
Julho	1.458.670,24	236.272,82	127.120,73	1.567.822,33	3.201.507,84	2.183.364,36
Agosto	4.827.714,16	274.594,35	382.673,14	4.719.635,37	3.147.044,83	3.864.033,69
Setembro	3.137.382,59	298.674,33	257.704,27	3.178.352,65	3.138.373,74	3.863.042,54
Outubro	1.830.054,50	279.577,61	158.222,41	1.951.409,70	3.128.048,45	2.565.048,59
Novembro	1.720.321,98	298.597,53	151.418,96	1.867.500,55	2.090.708,63	2.194.661,94
Dezembro	95.526,82	314.036,20	30.717,23	378.845,79	2.165.683,39	124.505,37
TOTAL	22.046.644,48	2.930.958,88	1.873.320,25	23.104.283,11	22.753.101,68	124.505,37

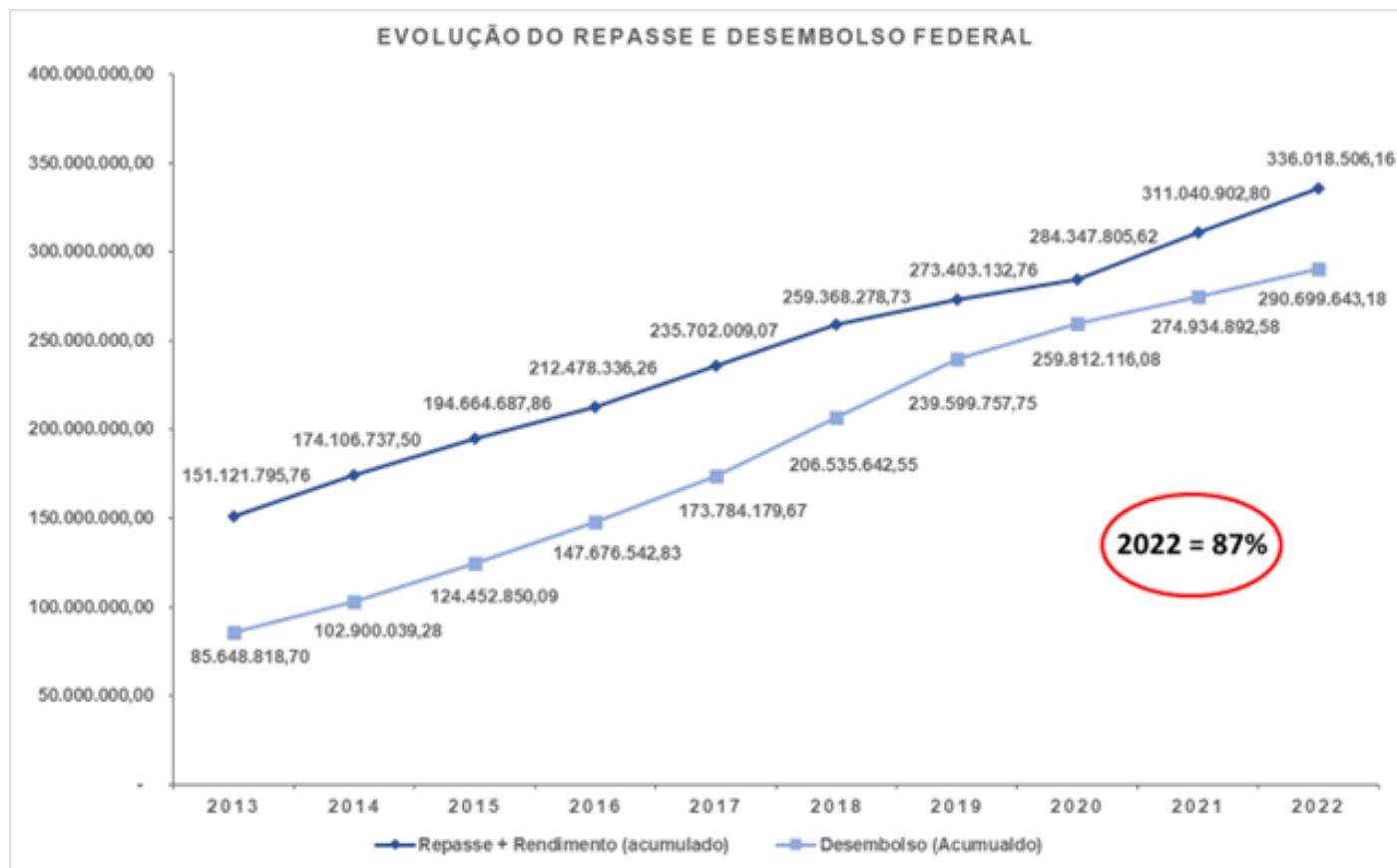
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

É importante esclarecer que a arrecadação total de cada exercício inclui também a recuperação de débitos de usuários inadimplentes em anos anteriores.

Para 2022, o valor previsto com a cobrança federal era de R\$ 25.708.251,00, sendo R\$ 28.153.878,95 o valor a ser boletado do exercício, considerando ainda uma estimativa de inadimplência de R\$ 1.407.693,95 e o pagamento em juízo referente à transposição do Sistema Cantareira de R\$ 1.037.934,00.

O Gráfico 3, a seguir, apresenta os valores de repasse mais rendimentos de aplicação financeira, assim como o valor de desembolso, ambos acumulados, para o período de 2013 a 2022. Esse indicador aponta a proporção (%) entre o valor desembolsado anual e o valor repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.

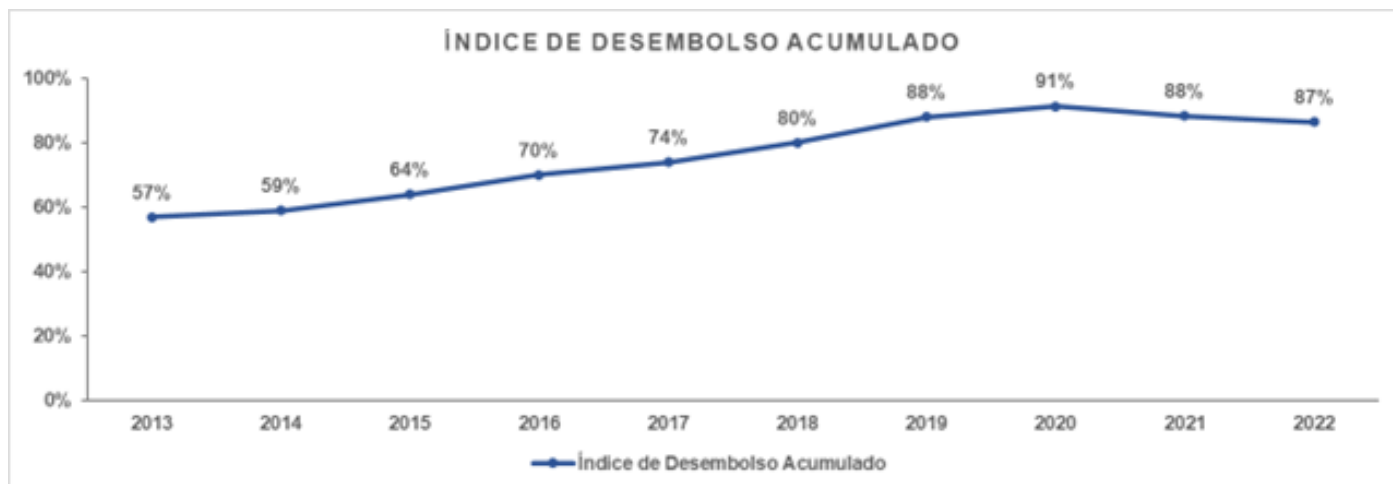
Gráfico 3: Valores federais repassados e desembolsados de 2013 a 2022, em R\$



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Por meio dos valores apresentados, é possível calcular o Índice de Desembolso Acumulado. Esse índice é apresentado no Gráfico 4 a seguir, o qual demonstra os dados de 2013 a 2022. É possível observar que, em 2022, o Índice de Desembolso Acumulado foi de 87% em relação ao total repassado pela Agência Nacional de Águas, incluindo os rendimentos de aplicação financeira.

Gráfico 4: Índice de Desembolso Acumulado



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

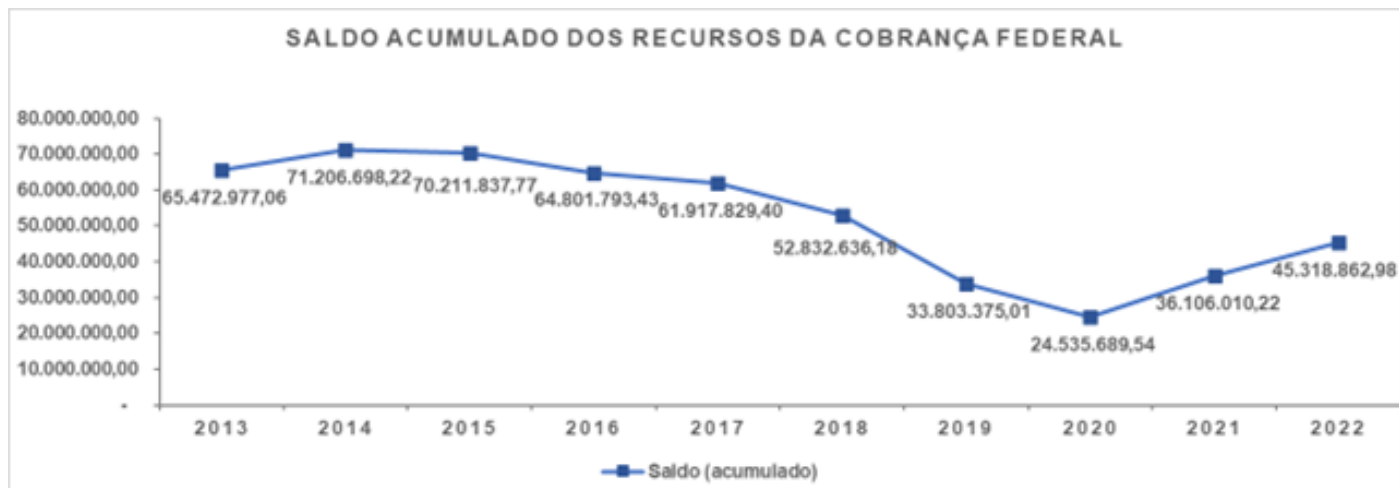
Os gráficos 5 e 6, abaixo, demonstram a evolução dos valores contratados com recursos da cobrança federal no período de 2013 a 2022, bem como os respectivos saldos em conta de aplicação financeira no encerramento de cada exercício.

Gráfico 5: Evolução dos valores contratados com recursos da cobrança federal



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Gráfico 6: Saldo acumulado dos recursos da cobrança federal.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Observa-se o aumento do saldo acumulado nos anos de 2021 e 2022, devido a retomada dos pagamentos, referentes à transposição do Sistema Cantareira no exercício de 2021, ou seja, sem a realização de depósito em conta judicial da parte incontroversa. É importante ressaltar que desde o início da Cobrança PCJ Federal, do total arrecadado incluindo rendimentos de aplicação financeira, 91,6% já foi efetivamente contratado.

2.1.2 PROJETO ED DIGITAL

Os recursos de origem do Projeto Papel Zero – Entidade Delegatária Digital são recursos federais do orçamento da ANA, repassados à Agência das Bacias PCJ, conforme segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 com a finalidade de implantação de um sistema digital de gestão de documentos, procedimentos arquivísticos e aquisição de equipamento de informática.

Para apoiar a implantação do Projeto ED Digital, a ANA repassou à Agência das Bacias PCJ, em 2018, o valor de R\$ 625.000,00. Enquanto não foram empregados na sua finalidade, os recursos foram aplicados em Caderneta de Poupança e renderam um valor de R\$17.747,99 em 2018, R\$7.433,73 em 2019, R\$ 3.554,93 em 2020, R\$ 3.835,06 em 2021 e R\$ 7.214,41 em 2022.

Em 2018, a Agência das Bacias PCJ assinou dois contratos para execução do Projeto ED Digital: contrato nº 013/2018 da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, no valor de R\$ 300.000,00, referente à implantação da metodologia de gestão de documentos; e contrato nº 038/2018 da Athomoz Comercio de Produtos Eletrônicos Eireli, no valor de R\$ 198.000,00 referente aquisição de computadores tipo desktop com monitor duplo. E para os anos de 2019 a 2022, não foram assinados novos contratos

No ano de 2022, conforme indicado pela ANA no Ofício nº 78/2022/SAS/ANA, Documento nº 02500.040201/2022-58, de 28 de julho de 2022, foi devolvido o valor de R\$ 155.206,12 constante em conta poupança Caixa Econômica Federal do Projeto.

2.2 RECEITA ESTADUAL

A Receita Estadual é proveniente da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo nas Bacias PCJ e recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidrelétrico.

2.2.1 COBRANÇA ESTADUAL PAULISTA

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo é um instrumento de gestão da Lei Estadual Paulista nº 7.663/1991, instituída pela Lei Estadual Paulista nº 12.183/2005 e regulamentada pelo Decreto Estadual Paulista nº 50.667/2006 cujo objetivo é indicar ao usuário o real valor da água, bem como incentivar o uso racional e obter recursos financeiros para a gestão das bacias hidrográficas do país. Os recursos arrecadados com a cobrança, segundo prevê a legislação, financiam programas contemplados nos planos de recursos hídricos que visam a melhoria da qualidade e quantidade da água.

Quanto aos recursos arrecadados, até 10% podem ser utilizados para despesas de custeio administrativo da Agência das Bacias PCJ, conforme prevê o Decreto nº 50.667/2006, e no mínimo 90% destinam-se a financiamentos aos empreendimentos enquadrados no Plano de Recursos Hídricos das Bacias PCJ. O programa de investimentos para as Bacias PCJ é parte do Plano de Bacias e foi elaborado de acordo com os Programas de Duração Continuada - PDCs do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

A tabela 3 apresenta o valor arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o valor referente aos 10% repassados para utilização em custeio administrativo e o valor correspondente aos 90% para investimento.

Gráfico 6: Saldo acumulado dos recursos da cobrança federal.

Mês	Valor arrecadado	10% Custeio Administrativo	90% Investimento
Janeiro	17.273,71	1.727,37	15.546,34
Fevereiro	455.499,69	45.549,97	409.949,72
Março	235.002,22	23.500,22	211.502,00
Abril	235.270,29	23.527,03	211.743,26
Mai	233.048,97	23.304,90	209.744,07
Junho	956.974,60	95.697,46	861.277,14
Julho	3.403.592,80	340.359,28	3.063.233,52
Agosto	3.003.528,20	300.352,82	2.703.175,38
Setembro	2.889.011,50	288.901,15	2.600.110,35
Outubro	2.973.872,52	297.387,25	2.676.485,27
Novembro	2.738.263,60	273.826,36	2.464.437,24
Dezembro	4.696.164,89	469.616,49	4.226.548,40
TOTAL 2022	21.837.502,99	2.183.750,30	19.653.752,69

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A inadimplência pela cobrança compromete o planejamento da destinação dos recursos financeiros para investimentos previstos no Plano de Bacias. A fim de minimizar o impacto causado pela inadimplência, a Agência das Bacias PCJ realizou intervenções para negociação de débitos e utilizou o CADIN Estadual e a Dívida Ativa do Estado para inscrição de usuários inadimplentes.

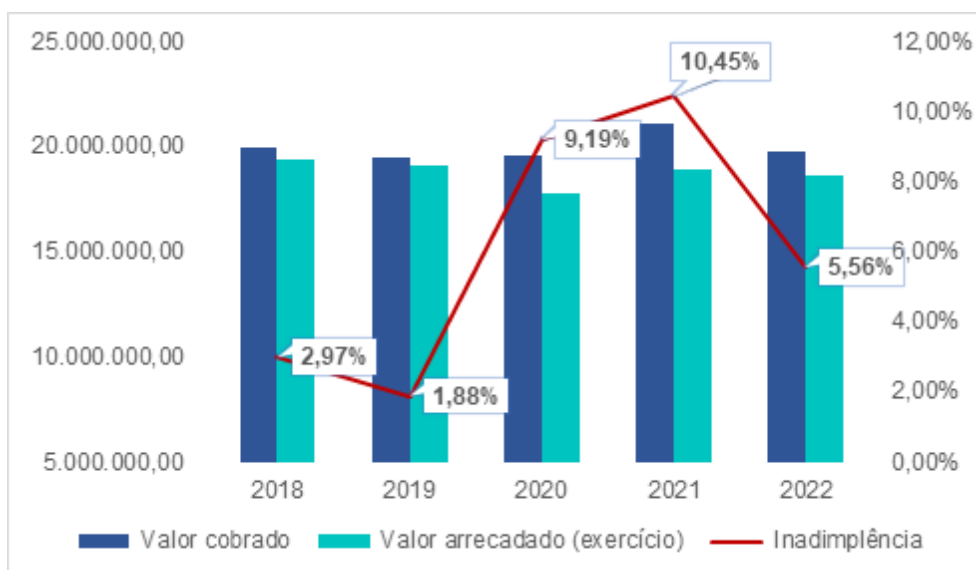
No CADIN Estadual são incluídas as pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, e impede que os inscritos realizem atos junto aos órgãos e entidades da Administração Estadual, tais como celebração de convênios, acordos ou contratos que envolvam o desembolso de recursos financeiros e concessão de incentivos fiscais.

Já a Dívida Ativa é composta por todos os créditos a favor do Estado, sejam eles de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos pela Procuradoria Geral do Estado, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão proferida em processo regular.

Além dessas ferramentas, em 2019, entrou em vigor a última sanção aplicável a usuários inadimplentes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. A medida, prevista na Lei nº 12.183/05, foi regulamentada com a publicação da Portaria DAEE nº 4.906/19 em 9 de setembro de 2019, e prevê que usuários inadimplentes e que tenham seus débitos inseridos no Cadin Estadual e na Dívida Ativa estarão sujeitos à suspensão e à revogação, respectivamente, de suas outorgas de direito de uso de recursos hídricos.

O Gráfico 7, a seguir, apresenta uma comparação anual do valor total cobrado em cada ano e o valor arrecadado.

Gráfico 7: Comparação do valor total cobrado e arrecadado entre 2018 e 2022, em R\$ e %.

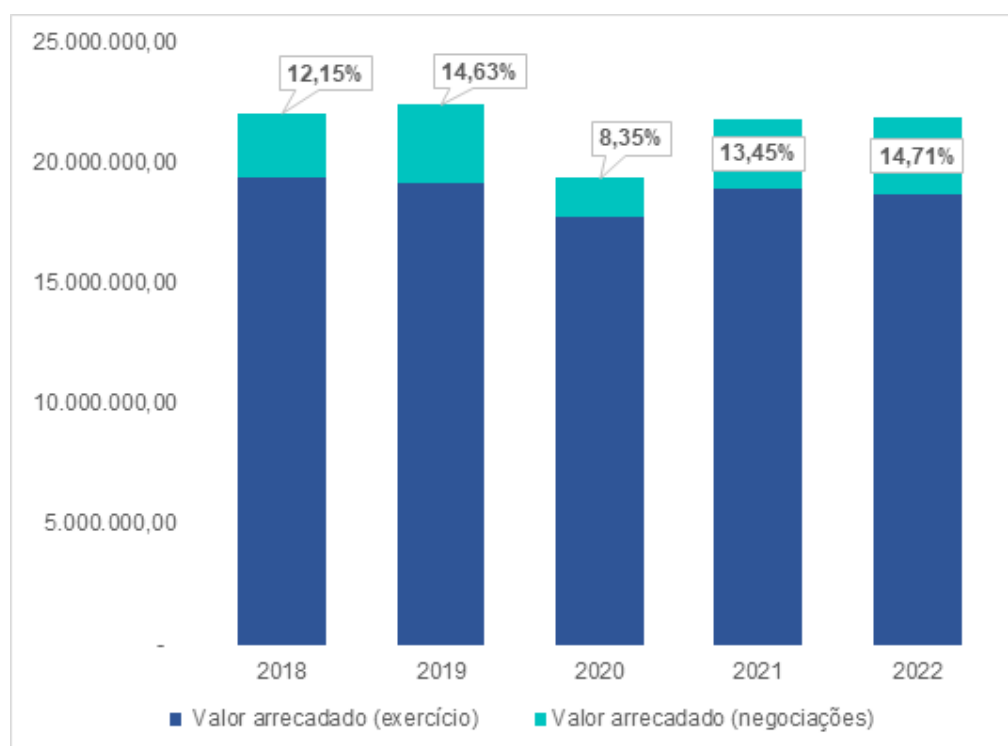


Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Nota-se que, em razão da inadimplência, os valores arrecadados estão abaixo dos cobrados. No entanto, pode-se observar expressivos resultados no que se refere à redução da inadimplência, alcançando em 2019 - o menor índice dos últimos 05 anos - e de todo o histórico da cobrança estadual paulista nas Bacias PCJ. Em 2020 e 2021, houve um aumento da inadimplência ocasionado, sobretudo, pelos impactos econômicos provocados pela pandemia de COVID-19.

O Gráfico 8, abaixo, apresenta o valor total arrecadado composto por valores boletados referentes ao exercício corrente, e por negociação de débitos vencidos e de exercícios anteriores com a cobrança, no período compreendido entre 2018 e 2022.

Gráfico 8: Composição da arrecadação da cobrança entre 2018 e 2022, em R\$ e %.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

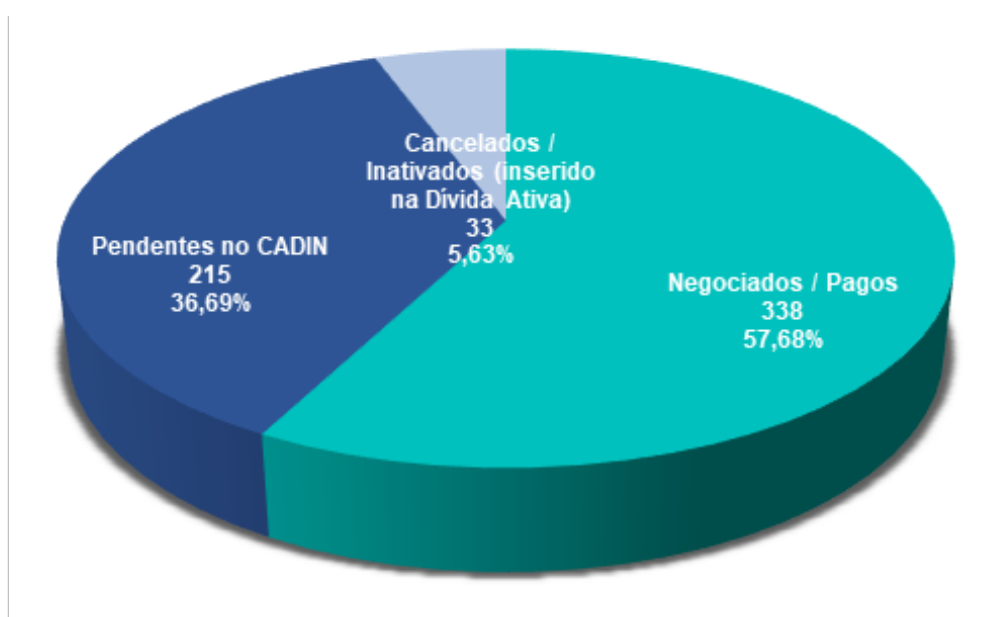
Em 2021, o valor arrecadado com negociação de débitos representou 13,45% da receita total. Já em 2022, o valor de negociação representou 14,71% do total arrecadado.

Em 31 de agosto de 2016, a Agência PCJ foi autorizada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a realizar a inclusão dos usuários inadimplentes pelo uso dos recursos hídricos no CADIN. Por esse motivo, a Portaria da Agência das Bacias PCJ nº 01/2013, de 10/04/2013, a qual já havia sido alterada pela Portaria nº 07/2017, de 16/02/2017, foi atualizada pela Portaria nº 07/2018, de 20/03/2018, que disciplina o processo de regularização de débitos referentes à cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, antes de sua inscrição no CADIN Estadual.

Na Portaria 07/2018 foi estabelecida a sistemática para inclusão de usuários no CADIN. Inicialmente há tentativas de negociação de débitos entrando em contato com os usuários inadimplentes através de telefone ou e-mail. Há, ainda, o envio de ofícios pela Agência das Bacias PCJ, com a notificação da existência de débitos e prazo de 30 dias para regularização, conforme é estabelecido pela Portaria 07/2018. Não havendo sucesso nessas tratativas, o usuário é incluído no sistema do CADIN Estadual, onde fica pendente de processamento por 45 dias, e posteriormente a Secretaria da Fazenda emite um comunicado sobre a inclusão, possibilitando que o usuário pague seus débitos em até 90 dias.

Esta pode ser considerada uma ferramenta fundamental para gerenciar os pagamentos e os índices de inadimplência. O Gráfico 9, a seguir, apresenta a situação dos usuários inadimplentes quanto ao CADIN.

Gráfico 9: Situação dos usuários inadimplentes inseridos no CADIN até 31/12/2022.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

De 2017 a 2022, foram inseridos no CADIN 586 usuários, sendo que 338 usuários negociaram e/ou pagaram seus débitos, ou seja, 57,68%. Ressalta-se que muitos débitos foram parcelados, garantindo arrecadação futura.

Desde abril de 2018, a Agência das Bacias PCJ foi autorizada a incluir os usuários inadimplentes no Sistema da Dívida Ativa do Estado da Procuradoria Geral do Estado - PGE. Dessa forma, foi elaborada a Portaria nº 08/2018, de 05/04/2018, a qual disciplina o processo de inclusão de débitos referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, na Dívida Ativa do Estado, além dos trâmites para que a Agência das Bacias PCJ pudesse ter acesso à Intragov do Governo do Estado de São Paulo a partir do Termo de Cooperação celebrado com a Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Na Portaria nº 08/2018 ficou estabelecida a sistemática para inclusão de usuários no SDA. Após a inclusão no CADIN e a não manifestação para regularização dos débitos, é instaurado processo administrativo o qual é munido com documentações que comprovem os débitos e as tentativas de negociação com o usuário. Haverá a publicação no Diário Oficial da abertura do processo administrativo, bem como envio de ofício e boleto de negociação comunicando o usuário sobre a inserção na Dívida

Ativa em caso de não pagamento. Caso o usuário se manifeste no período estipulado, poderá haver negociação e/ou tratativas acerca do débito. Em caso de não se chegar a um acordo sobre os débitos e/ou caso o usuário não realize o pagamento ou negociação, os débitos serão inscritos no SDA.

O gráfico 10, a seguir, apresenta a situação dos usuários com processos administrativos iniciados para inclusão no SDA.

Gráfico 10: Situação dos usuários com Processos Administrativos iniciados para inclusão em 31/12/2022.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

De 2017 a 2022, foram inseridos no CADIN 586 usuários, sendo que 338 usuários negociaram e/ou pagaram seus débitos, ou seja, 57,68%. Ressalta-se que muitos débitos foram parcelados, garantindo arrecadação futura.

Desde abril de 2018, a Agência das Bacias PCJ foi autorizada a incluir os usuários inadimplentes no Sistema da Dívida Ativa do Estado da Procuradoria Geral do Estado - PGE. Dessa forma, foi elaborada a Portaria nº 08/2018, de 05/04/2018, a qual disciplina o processo de inclusão de débitos referentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, na Dívida Ativa do Estado, além dos trâmites para que a Agência das Bacias PCJ pudesse ter acesso à Intragov do Governo do Estado de São Paulo a partir do Termo de Cooperação celebrado com a Prodesp – Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Na Portaria nº 08/2018 ficou estabelecida a sistemática para inclusão de usuários no SDA. Após a inclusão no CADIN e a não manifestação para regularização dos débitos, é instaurado processo administrativo o qual é munido com documentações que comprovem os débitos e as tentativas de negociação com o usuário. Haverá a publicação no Diário Oficial da abertura do processo administrativo, bem como envio de ofício e boleto de negociação comunicando o usuário sobre a inserção na Dívida Ativa

em caso de não pagamento. Caso o usuário se manifeste no período estipulado, poderá haver negociação e/ou tratativas acerca do débito. Em caso de não se chegar a um acordo sobre os débitos e/ou caso o usuário não realize o pagamento ou negociação, os débitos serão inscritos no SDA.

O gráfico 10, a seguir, apresenta a situação dos usuários com processos administrativos iniciados para inclusão no SDA.

Gráfico 10: Situação dos usuários com Processos Administrativos iniciados para inclusão em 31/12/2022.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Em 2021, foram instaurados 25 processos administrativos. Desses processos, nenhum está em aberto, 16 foram encerrados com a inclusão na Dívida Ativa, 7 foram encerrados por quitação do débito, 1 estão suspensos aguardando complementação de informações junto ao DAEE e 1 está suspenso por negociação do débito.

A tabela 4, a seguir, apresenta a composição dos valores ainda a serem arrecadados, a partir da recuperação de débitos, nos próximos anos.

Tabela 4: Valores a serem arrecadados com recuperação de débitos, em R\$.

Ano	Negociações
2023	2.846.598,10
2024	1.566.918,66
2025	224.047,34
Total	4.637.564,10

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Como pode ser observado, os valores recuperados (apresentados no gráfico 8) e a recuperar (tabela 4) através de negociação de débitos são bastante significativos na composição da arrecadação.

Pode-se destacar o resultado positivo alavancado pelas ferramentas CADIN e Dívida Ativa na recuperação de débitos, pois, dentre os anos de 2018 a 2022, apenas no ano de 2020, a arrecadação de negociações representou menos de 12% do total arrecadado. Cabe ressaltar ainda, que a implementação dessas ferramentas auxilia no processo de negociação e pagamento dos débitos, antes mesmo que tais valores devidos sejam incluídos nos respectivos sistemas. Isso porque, a equipe da cobrança realiza ações de sensibilização com o usuário pré-CADIN ou pré-Dívida Ativa, a fim de regularização dos débitos antes da inclusão nos sistemas. Essas ações têm gerado frutos positivos, aumentando a arrecadação e otimização dos processos administrativos.

2.2.2 ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO, Compensação Financeira/Royalties do setor hidrelétrico, que tem a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. Em 2022, de acordo com a Deliberação COFEHIDRO nº 244, de 21 de fevereiro de 2022, houve a transferência de R\$ 48.958,29 para Investimento (valor que estava disponível para Custeio).

Em 2022 não houve repasse para a subconta Fehidro, porém foram auferidos rendimentos financeiros no valor de R\$ 8.277,85. Além desse recurso, em 2022, estava disponível para utilização um saldo de exercícios anteriores no valor de R\$ 134.655,16.

É considerado como receita contábil de Royalties / Compensação Financeira o valor efetivamente gasto no ano. Em 2022, foi apurada uma receita de R\$ 90.125,03.

2.3 PROJETO ECOCUENCAS

O projeto EcoCuencas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ assegurou, por meio da assinatura de um Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil).

No exercício de 2022 foi repassado à Agência das Bacias PCJ pela Comissão Europeia, o montante de R\$ 154.939,95, sendo retido na operação de câmbio R\$ 618,00 de tarifas e R\$ 588,77 a título de IOF (Imposto sobre operações financeiras). Estando disponíveis para o projeto o montante de R\$ 176.193,27.

2.4 TERMO DE COOPERAÇÃO SABESP

No ano de 2022, foi assinado o Termo de Cooperação nº 020/22-PJ, celebrado entre Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e a Fundação Agência das Bacias PCJ, visando atender ao disposto no art. 13 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017, com adesão ao Programa Produtor de Águas da Agência Nacional de Águas – ANA e da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, por meio de atividades em conjunto.

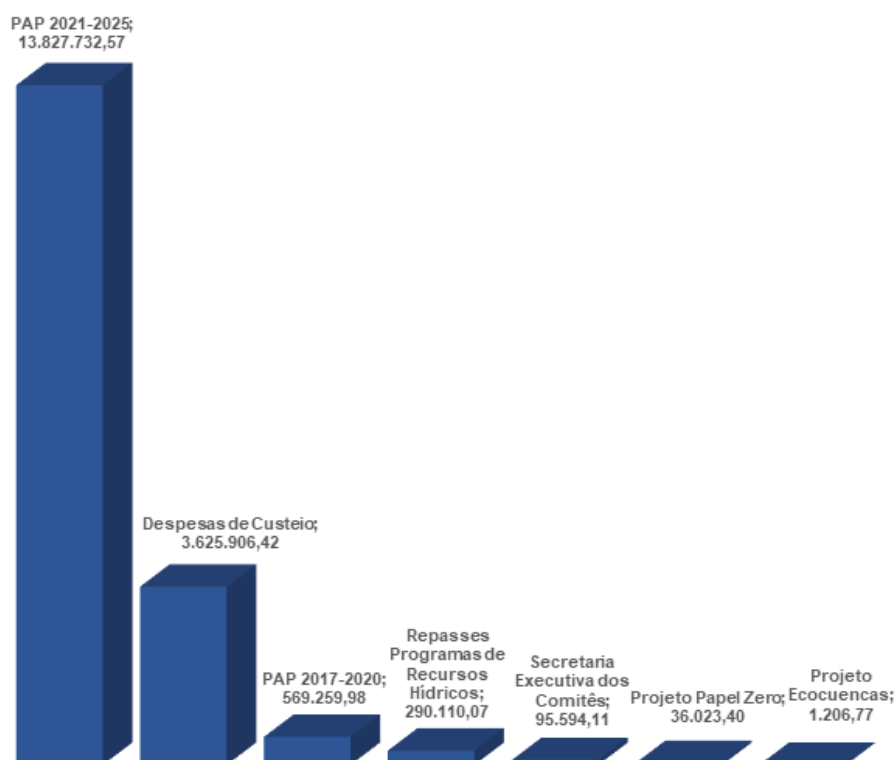
Caberá à SABESP repassar á Agência PCJ o valor de R\$ 8.750.000,00, sendo o repasse a ser realizado em cinco parcelas fixas e anuais no valor de R\$ 1.750.000,00 até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, a iniciar com a primeira parcela em janeiro de 2023.

3. DESPESAS

A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

As despesas de 2022 da Agência das Bacias PCJ foram divididas em 6 grupos: Despesas de Custeio, Repasses Programas de Recursos Hídricos, Plano de Aplicação Plurianual, Projeto Papel Zero, Secretaria Executiva dos Comitês e Projeto Ecocuencas. O gráfico 11, a seguir, apresenta os valores de 2022.

Gráfico 11: Despesas por categoria da Agência das Bacias PCJ de 2022, em R\$.



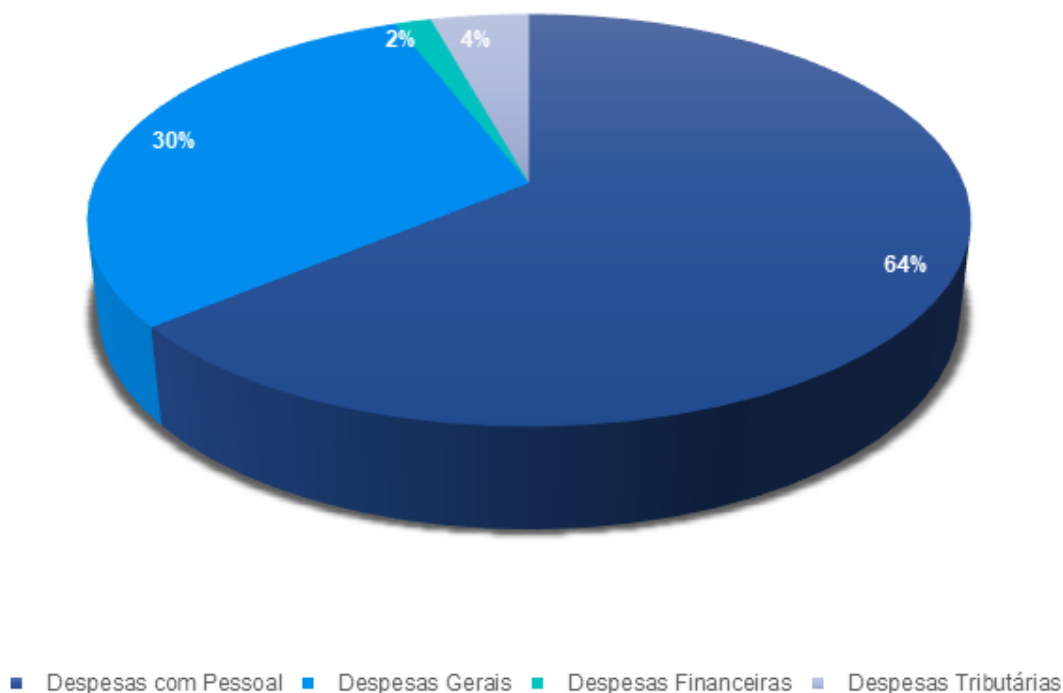
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

3.1 DESPESAS COM CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As Despesas de Custeio Administrativo foram divididas em 4 subgrupos principais em 2022: Despesas com Pessoal, Despesas Gerais, Despesas Financeiras e Despesas Tributárias.

O gráfico 12, a seguir, apresenta o quanto cada subgrupo representa no grupo de custeio.

Gráfico 12: Detalhamento das Despesas de Custeio de 2022.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

3.2 REPASSES PROGRAMAS DE RECURSOS HÍDRICOS

As ações do PAP-PCJ previstas no Grupo IV - Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais, Item 2 – Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA-PCJ e no Grupo V - Recuperação da Qualidade dos Corpos D'Água, Item 7 – Ações a serem financiadas como demanda espontânea, foram indicadas, conforme critérios estabelecidos nos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 257/2016 e Deliberação Comitês PCJ nº 278/2017.

O quadro 1, a seguir, apresenta informações sobre os repasses realizados em 2022 para os empreendimentos acima citados.

Quadro 1: Desembolsos realizados em 2022 para empreendimentos PAP PCJ 2017-2020, em R\$

EMPREENDIMENTOS	GRUPO	AÇÃO	DESEMBOLSO
0498.485-89/2017	VI	1	69.970,33
0541.024-34/2020	VI	1	36.852,74
0539.120-61/2020	IV	2	25.406,23
0540.724-89/2020	IV	2	12.255,44
0540.726-07/2020	IV	2	74.692,29
0539.134-21/2020	IV	2	10.348,04
0540.775-00/2020	IV	2	60.585,00
TOTAL	-	-	290.110,07

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Os empreendimentos contratados, reconhecidos no passivo circulante, terão seu desembolso durante os próximos três anos, de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro dos contratos celebrados entre o tomador do recurso e a Caixa Econômica Federal. Os desembolsos previstos, com prazo maior que doze meses, estão reconhecidos no passivo não circulante, e apresentam a estimativa de conclusão conforme quadro demonstrativo abaixo:

Quadro 2: Valores a serem desembolsados com empreendimentos, em R\$

EMPREENDIMENTOS	SALDO ATUAL	2023	2024	2025
0539.120-61/2020	424.593,30	340.631,05	52.896,24	31.066,01
0540.724-89/2020	34.397,42	13.113,32	14.031,25	7.252,85
0540.726-07/2020	63.616,23	63.616,23	-	-
0539.134-21/2020	25.870,10	10.348,04	10.348,04	5.174,02
0540.775-00/2020	34.620,00	34.620,00	-	-
TOTAL	583.097,05	462.328,64	-	43.492,88

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A partir do PAP-PCJ 2021-2025, a auditoria da ANA recomendou que todos empreendimentos de demanda espontânea, seus contratos e respectivos desembolsos, sejam enquadrados em dotação orçamentária específica no PAP 2021-2025, portanto, todos os projetos celebrados com tomadores serão lançados diretamente em conta contábil vinculado ao PAP. Não havendo mais segregação específica como em anos anteriores. Para os empreendimentos em andamento referente ao PAP 2017-2020, permanecerão segregados até serem finalizados.

3.3 PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, nas Bacias PCJ.

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/16, de 16/12/2016, aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2017-2020.

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 345/20, de 11/11/2020, aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025.

De acordo com as deliberações, as ações constantes do PAP-PCJ 2017-2020 e PAP-PCJ 2021-2025 serão custeadas com recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança PCJ Federal).

Os quadros 3 e 4, a seguir, apresentam os valores desembolsados para o PAP PCJ 2017-2020 e PAP 2021-2025 em 2022.

Quadro 3: Desembolsos do Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020, em 2022, em R\$.

PAP PCJ 2017-2020		DESEMBOLSADO
IV	POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS	252.799,47
VIII	MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO	105.274,38
X	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL	134.819,56
XI	SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ.	2.091,66
XIII	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	96.219,20
TOTAL PAP PCJ 2017-2020		591.204,27

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

Quadro 4: Desembolsos do Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025, em 2021, em R\$

PAP PCJ 2021-2025			DESEMBOLSADO
AGENDA SETORIAL	Gestão da demanda	Estudos, planos, projetos, obras ou serviços para controle e redução de perdas de água em sistemas públicos de distribuição	10.893,68
	Proteção e conservação dos recursos hídricos	Estudos, planos, projetos e intervenções destinadas à recuperação ou conservação da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ou outras áreas voltadas à proteção dos recursos hídricos.	1.678.652,37
	Recuperação da qualidade de água	Elaboração e revisão de planos municipais de saneamento básico	7.440,00
		Estudos, planos, projetos ou obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de drenagem urbana	961.241,70
		Estudos, planos, projetos ou obras para implantação, expansão e adequação de sistemas de efluentes domésticos	1.290.942,72
APOIO AO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA	Suporte ao funcionamento do comitê de bacia hidrográfica	Organização e realização de reuniões, eventos internos e externos do comitê de bacia hidrográfica.	843.189,03
		Participação dos membros e convidados do comitê de bacia hidrográfica em reuniões e eventos internos e externos.	150.714,91
		Serviços de tecnologia da informação necessários ao funcionamento dos sistemas corporativos do comitê de bacia hidrográfica e da entidade delegatária.	1.750.783,54
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Desenvolvimento, manutenção e atualização de serviços e sistemas de cobrança.	1.348.976,97
		Estudos de fundamentação para a atualização dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos	13.906,18
	Comunicação, mobilização social, educação e capacitação técnica	Capacitação técnica relacionada ao planejamento e gestão de recursos hídricos.	214.988,90
		Comunicação social voltada ao fortalecimento do comitê de bacia hidrográfica.	1.002.117,46
	Fiscalização dos usos de recursos hídricos	Participação nas campanhas de fiscalização dos usos de recursos hídricos	531.057,61
	Monitoramento Hidrometeorológico	Monitoramento qualitativo dos recursos hídricos superficiais	209.732,16
		Monitoramento quantitativo dos recursos hídricos superficiais.	2.601.946,59
	Segurança Hídrica e eventos críticos	Estudos, planos, projetos e obras para implantação, expansão ou adequação de estruturas hidráulicas para aumento da segurança hídrica	13.606,40
	Sistema de informações sobre recursos hídricos	Desenvolvimento, implantação, manutenção ou atualização de sistemas de informações e de suporte à decisão sobre recursos hídricos.	1.333.050,00
TOTAL PAP PCJ 2021-2025			13.963.240,22

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

3.4 PROJETO PAPEL ZERO

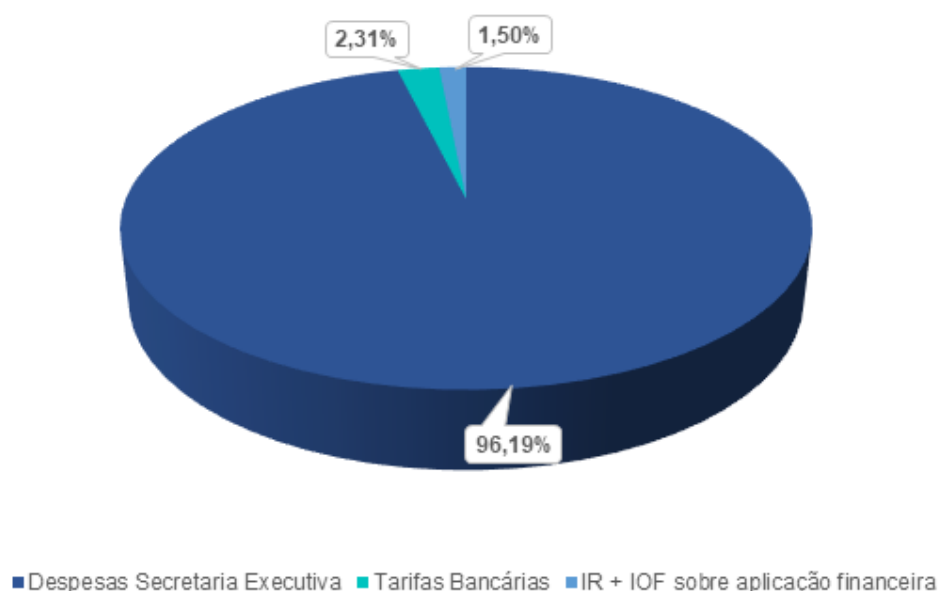
Em 2022, não foram realizados desembolsos de recurso referente ao Projeto Ed Digital, e também, não serão mais realizadas contratações, ao fato da devolução dos 100% do recurso à ANA.

Porém, foi registrado uma depreciação de R\$ 36.023,40 sobre os equipamentos de informática.

3.5 ROYALTIES / COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Em 2022, as despesas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ foram classificadas em 3 grupos principais: Despesas Secretaria Executiva, IR + IOF sobre aplicação financeira e tarifas bancárias. O gráfico 13, a seguir, apresenta o percentual aproximado dessas despesas.

Gráfico 13: Detalhamento das Despesas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ de 2022.



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

O grupo de despesas com a secretaria executiva que representa 96,19% das despesas, está associado à organização de reuniões e eventos, aluguéis, viagens, materiais de escritório, materiais de informática, telefone, copa, cozinha, limpeza entre outros.

3.6 PROJETO ECOCUENCAS

Em 2022, não foram realizados desembolsos de recurso referente ao Projeto EcoCuencas. Porém, foi registrado uma despesas, sendo R\$ 618,00 de tarifas e R\$ 588,77 a título de IOF, valores estes que foram retidos na operação de câmbio.

4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fazem parte das Demonstrações Contábeis da Agência das Bacias PCJ o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, as quais estão disponibilizadas em anexo.

4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que apresenta a posição contábil, financeira e econômica da entidade, bem como sua situação patrimonial em uma determinada data. Essa demonstração apresenta 3 grupos principais: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

O Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem futuros benefícios econômicos para a entidade. Em resumo, é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

O Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Já o Patrimônio Social é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Em resumo, representa a "situação líquida" da entidade e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Bens: representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ.

O Balanço Patrimonial da Agência das Bacias PCJ de 2022 estará disponível nos anexos.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício tem como finalidade apresentar as informações financeiras da Agência das Bacias PCJ que formaram o resultado líquido do exercício, ou seja, o superávit ou déficit.

A formação desse resultado se dá por meio da definição de todas as despesas e receitas.

O superávit do exercício de 2022, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$ 336.926,09 e serão alocados no patrimônio da entidade, na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

A Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício 2022 da Agência das Bacias PCJ estará disponível nos anexos.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa indica as entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o período, e o resultado desse fluxo. Ela foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração de Fluxos de Caixa deve ser segmentado em três grandes áreas: Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais são explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. Estas atividades têm ligação com o capital circulante líquido da empresa.

As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado ou no Intangível.

As Atividades de Financiamento são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui os empréstimos e financiamentos de curto prazo.

A Demonstração de Fluxos de Caixa da Agência das Bacias PCJ de 2022 estará disponível nos anexos.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Social evidencia a movimentação de todas as contas do Patrimônio Social durante o exercício, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Social de 2022 estará disponível nos anexos.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia de forma sintética os valores correspondentes à formação da riqueza gerada em determinado período e sua respectiva distribuição.

A Demonstração do Valor Adicionado da Agência das Bacias PCJ de 2022 estará disponível nos anexos.

4.6 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas fornecem as informações necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

As Notas Explicativas da Agência das Bacias PCJ de 2022 estarão disponíveis nos anexos.

5 ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho são importantes ferramentas para avaliação de uma empresa. Para o cálculo dos índices, foram utilizados como referência os valores dos demonstrativos contábeis de 2021 e 2022 da Agência das Bacias PCJ. A tabela 5, a seguir, apresenta os índices calculados.

Tabela 5: Indicadores de desempenho 2020 e 2021

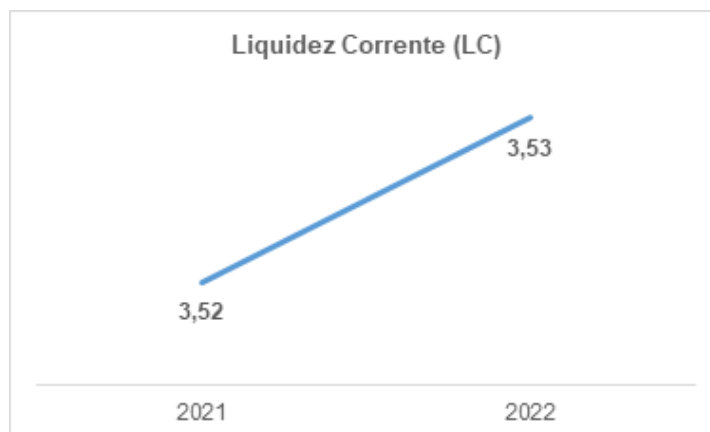
Índice	2021	2022
Liquidez Corrente (LC)	3,52	3,53
Liquidez Imediata (LI)	3,43	3,38
Liquidez Geral (LG)	1,15	1,11
Composição do Endividamento (CE)	32,63	27,99
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	2,86	2,24
Margem Líquida (ML)	3,01	1,86

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

5.1 LIQUIDEZ CORRENTE

Este índice mede a capacidade de pagamento no curto prazo. Ele indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1 de dívida a curto prazo. Se a Liquidez Corrente for superior a 1,00 denota um Capital Circulante Líquido Positivo, se a Liquidez Corrente for igual a 1,00 denota um Capital Circulante Líquido Nulo, e se Liquidez Corrente for menor do que 1,00, denota um Capital Circulante Líquido Negativo.

Gráfico 14: Liquidez Corrente



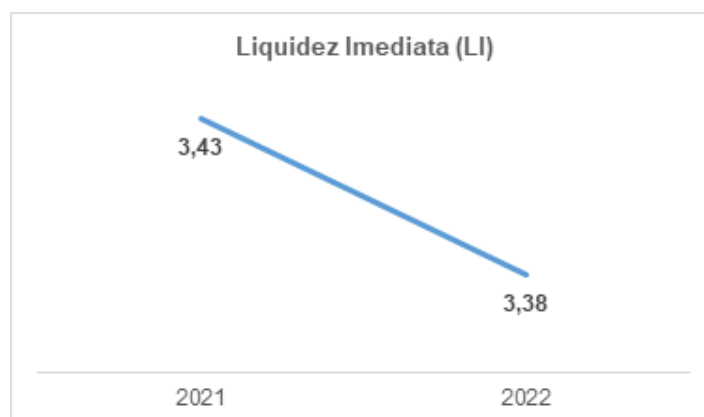
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou, no período analisado, índices superiores a 1,00 o que significa um capital circulante líquido positivo. O índice sofreu um pequeno aumento de 2021 para 2022 e chegou a 3,53 o que significa que para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo, a Agência das Bacias PCJ possuía R\$ 3,53 em seu Ativo Circulante.

5.2 LIQUIDEZ IMEDIATA

Este índice representa os recursos que estão imediatamente à disposição. Ele revela as dívidas de curto prazo que estão em condições de serem liquidadas imediatamente.

Gráfico 15: Liquidez Imediata



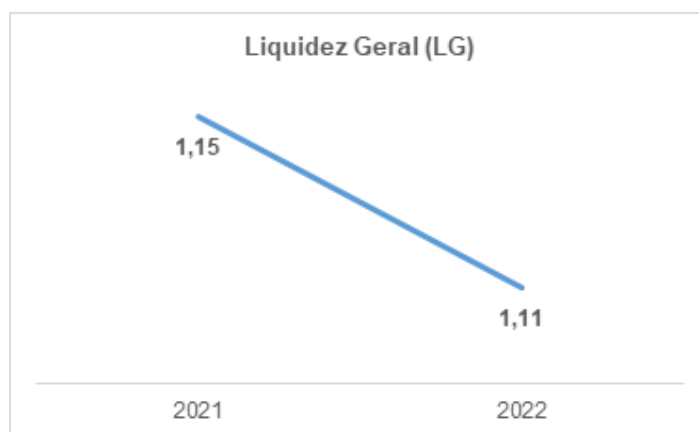
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou um declínio no período analisado, de 3,43 em 2021 para 3,38 em 2022 o que significa que para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo, possuía R\$ 3,38 para liquidar dívidas imediatamente.

5.3 LIQUIDEZ GERAL

Este índice revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada R\$ 1,00 que a empresa mantém de dívida, o quanto existe de direitos e haveres.

Gráfico 16: Liquidez Geral



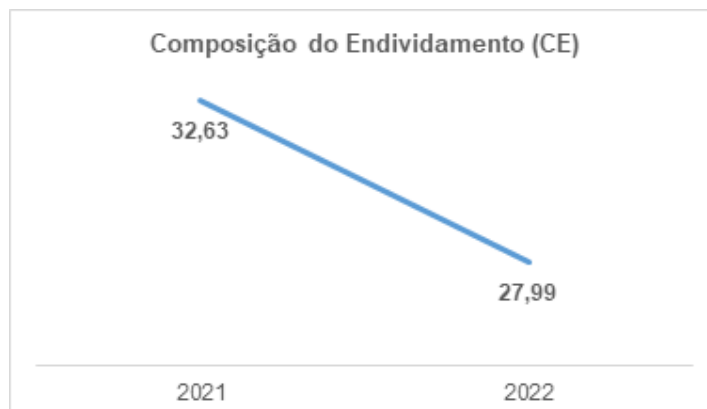
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado um índice decrescente de 1,15 em 2021 para 1,11 em 2022. Isso significa que, em 2022, possuía para cada R\$1,00 de dívida, R\$ 1,11 para liquidação da mesma, tanto no curto como no longo prazo.

5.4 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Este índice apresenta o percentual de obrigações a curto prazo, isto é, inferior a 12 meses, em relação às obrigações totais. Um índice do tipo quanto menor, melhor, pois quanto mais próximo de 100%, maior o uso de recursos de curto prazo.

Gráfico 17: Composição do Endividamento



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado uma queda no índice, de 32,63 em 2021 para 27,99 em 2022. Um excelente índice, pois significa que em 2022 apenas 27,99% de toda a dívida com terceiros era de curto prazo.

5.5 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Este índice indica quanto do Patrimônio Líquido da Agência das Bacias PCJ está aplicado em Ativo Imobilizado. A interpretação é no sentido de que, quanto menor, melhor.

Gráfico 18: Imobilização do Patrimônio Líquido



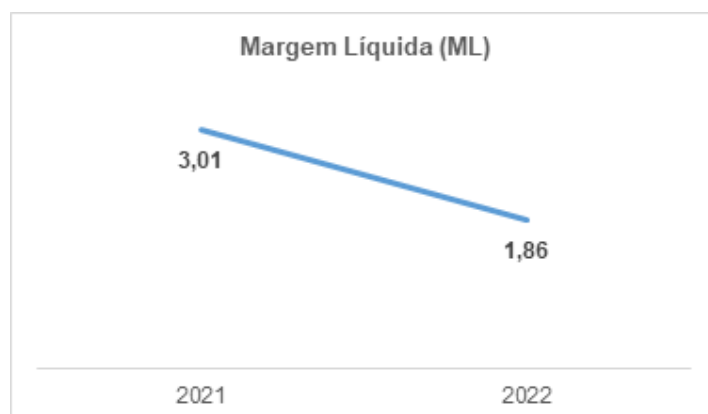
Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado uma queda de 2,86 em 2021 para 2,24 em 2022, o que significa que para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido, manteve R\$ 2,24 em Ativo Imobilizado.

5.6 MARGEM LÍQUIDA

Este índice mostra o percentual de lucratividade líquida após a dedução de todos os gastos. Permite entender se a entidade está tendo lucro e qual o percentual desse lucro.

Gráfico 19: Margem Líquida



Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira, Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ apresentou no período analisado um caimento no índice de 3,01 em 2021 para 1,86 em 2022. Ou seja, 1,86% de retorno para cada real de receitas operacionais.

Empresa: FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI Folha: 0001
 C.N.P.J.: 11.513.961/0001-16
 CONSOLIDADO
 Balanço encerrado em: 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2022	2021
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	63.009.429,58D	44.859.196,46D
ATIVO CIRCULANTE	55.846.860,80D	44.498.613,93D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	53.463.646,71D	43.368.127,28D
CAIXA - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	9.428,12D	5.023,51D
CAIXA (ESTADUAL)	9.428,12D	5.023,51D
CAIXA - RECURSOS COM RESTRIÇÃO	0,00	916,31D
CAIXA (FEDERAL)	0,00	916,31D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	6.707.793,50D	6.369.589,47D
APLICACAO FINANCEIRA BANCO DO BRASIL	4.751.876,61D	4.314.881,20D
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 3905-5)	1.951.626,34D	2.053.870,61D
APLICACAO BANCO DO BRASIL - 19836-6	4.290,55D	837,66D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO	46.511.735,82D	36.827.306,85D
POUPANCA CAIXA ECONOMICA FEDERAL	46.460.814,47D	36.596.550,03D
POUPANCA - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - EDDIGITAL	0,00	147.991,71D
CAIXA FIC SIGMA REF DI LP (C/C 003.693-5 CEF)	50.921,35D	82.765,11D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS COM RESTRIÇÃO	58.496,15D	142.831,20D
BB RF CP EMPRESA AGIL (C/C 7142-0)	49.677,98D	134.655,16D
POUPANCA BANCO DO BRASIL - AG 1897-X CTA 20031-X	8.818,17D	8.176,04D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS C/ RESTRIÇÃO (C	176.193,12D	22.459,94D
POUPANCA - CAIXA ECONOMICA FEDERAL 2045-8	176.193,12D	22.459,94D
CREDITOS	2.344.121,86D	1.098.260,79D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	124.505,37D	830.962,57D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (FEDERAL)	124.505,37D	830.962,57D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	469.616,49D	267.298,22D
RECURSOS DE CONTRATOS A RECEBER (ESTADUAL)	469.616,49D	267.298,22D
RECURSOS SABESP A RECEBER	1.750.000,00D	0,00
TERMO DE COOPERACAO SABESP A RECEBER	1.750.000,00D	0,00
ADIANTAMENTOS	17.847,99D	12.541,83D
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	17.847,99D	12.541,83D
ADIANTAMENTO DE FERIAS	17.847,99D	12.541,83D
DESPESAS ANTECIPADAS	3.143,89D	1.563,68D
DESPESAS ANTECIPADAS (ESTADUAL)	3.143,89D	1.563,68D
SEGURO APROPRIAR - PORTO SEGURO CIA SEGUROS - (EST)	995,71D	0,00
ASSINATURA APROPRIAR - GAZETA DE PIRACICABA	60,00D	30,00D
ASSINATURA A APROPRIAR JORNAL CORREIO POPULAR (EST)	153,30D	154,30D
ASSINATURA A APROPRIAR - EDITORA GLOBO S.A. RIO DE JAM	48,92D	51,90D
SEGUROS A APROPRIAR - SOMPO SEGUROS (EST)	194,48D	827,62D
SEGURO A APROPRIAR - ALLIANZ SEGUROS SA	0,00	432,36D
ASSINATURA A APROPRIAR - DISTRIBUIDORA PRECOMA DE JO	0,00	67,50D
SEGUROS A APROPRIAR - HDI SEGUROS (EST)	1.637,48D	0,00
ASSINATURAS A APROPRIAR - EDITORA KURO NEKO LTDA	54,00D	0,00
OUTROS CREDITOS	18.100,35D	18.120,35D
OUTROS CREDITOS	18.100,35D	18.120,35D
GARANTIAS DE ALUGUEL	18.100,00D	18.100,00D
TARIFAS BANCARIAS A COMPENSAR	0,35D	0,35D
ESTORNO FORNECEDORES A RECEBER (ESTADUAL)	0,00	20,00D
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.162.568,78D	360.582,53D
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	7.023.835,66D	185.295,88D
RECURSOS ECOUENÇAS A RECEBER L.P.	0,00	185.295,88D
RECURSOS ECOUENÇAS A RECEBER L.P.	0,00	185.295,88D
RECURSOS SABESP A RECEBER - L.P.	7.000.000,00D	0,00
TERMO DE COOPERACAO SABESP A RECEBER - L.P.	7.000.000,00D	0,00
DEPOSITOS JUDICIAIS	23.835,66D	0,00
DEPOSITO JUDICIAL - PROCESSO CNDA Nº 0007773-07.2014.4	23.835,66D	0,00
ATIVO IMOBILIZADO	138.733,12D	175.286,65D
IMOBILIZADO DE USO - COM RESTRIÇÃO	842.064,00D	810.312,78D

Empresa: FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI Folha: 0002

C.N.P.J.: 11.513.961/0001-16

CONSOLIDADO

Balanco encerrado em: 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2022	2021
	31/12/2022	31/12/2021
VEICULOS	101.528,00D	101.528,00D
COMPUTADORES HARDWARE	321.436,41D	321.436,41D
MOVEIS E UTENSILIOS	155.761,30D	155.761,30D
INSTALAÇÕES	21.034,79D	18.015,57D
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	62.203,50D	33.471,50D
COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	180.100,00D	180.100,00D
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	703.330,88C	635.026,13C
(-) VEICULOS	101.528,00C	101.528,00C
(-) COMPUTADORES HARDWARE	294.339,89C	275.636,65C
(-) MOVEIS E UTENSILIOS	124.769,44C	117.096,46C
(-) INSTALAÇÕES	10.761,53C	9.185,49C
(-) EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	19.497,43C	15.168,34C
(-) COMPUTADORES HARDWARE - EDDIGITAL	152.434,59C	116.411,19C
PASSIVO	63.009.429,58C	44.859.196,46C
PASSIVO CIRCULANTE	15.811.072,06C	12.638.073,44C
FORNECEDORES	124.420,70C	314.200,53C
FORNECEDORES (FEDERAL)	112.152,15C	299.193,15C
NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP (FED)	0,00	94.908,93C
IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA - (FED)	68.545,95C	0,00
SHOUT AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP (FED)	18.515,00C	188.312,34C
BH PRESS COMUNICACAO - (FED)	7.217,09C	13.880,22C
VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - (FED)	17.874,11C	0,00
MC PROJETOS DE COMUNICACAO - (FED)	0,00	2.091,66C
FORNECEDORES (ESTADUAL)	12.268,55C	15.007,38C
TELEFONICA BRASIL S/A - (EST)	300,92C	599,68C
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - (EST)	433,39C	438,28C
MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTOES LTDA (ES	7.616,25C	7.231,66C
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - (EST)	147,24C	0,00
BARRACAO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA - (EST)	800,00C	740,00C
TIM CELULAR S/A (EST)	0,00	1.218,31C
SERMESTRAS SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABA	350,75C	0,00
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE I	0,00	4.779,45C
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RECURSOS HIDRICOS - (EST)	2.620,00C	0,00
OBRIGAÇÕES A RECOLHER	446.980,27C	465.281,16C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	88.352,96C	83.347,07C
SALARIOS A PAGAR	75.003,00C	69.727,00C
ESTAGIOS A PAGAR	7.675,00C	8.700,00C
RESCISAO A PAGAR	5.674,96C	4.920,07C
ENCARGOS S/ FOLHA DE PGTO	55.645,85C	50.239,62C
INSS A RECOLHER	40.308,84C	36.405,38C
FGTS A RECOLHER	13.632,84C	12.297,17C
PIS S/ FOLHA A RECOLHER	1.704,17C	1.537,07C
FERIAS E 13º SALARIO A RECOLHER	233.399,87C	232.238,42C
FERIAS A PAGAR	172.935,89C	172.120,65C
ENCARGOS S/ FERIAS A PAGAR	60.463,98C	60.117,77C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	51.314,08C	83.276,10C
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	1.634,89C	620,79C
IRRF S/ RENDIMENTO A RECOLHER	46.364,43C	40.107,03C
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	1.425,96C	11.217,16C
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	397,50C	186,54C
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	1.491,30C	31.144,58C
OUTRAS OBRIGAÇÕES (FEDERAL)	6.358,36C	0,00
ALUGUEIS A PAGAR (FEDERAL)	6.358,36C	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES (ESTADUAL)	11.909,15C	16.179,95C
CONDOMINIOS A PAGAR (ESTADUAL)	8.152,05C	7.082,32C
ALUGUEIS A PAGAR (ESTADUAL)	2.972,30C	8.522,30C
TARIFAS BANCARIAS A PAGAR (ESTADUAL)	784,80C	575,33C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.818,17C	8.176,04C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.818,17C	8.176,04C
GARANTIA DE CONTRATO - MAPA ADM DE CONV E CARTOES (I	8.818,17C	8.176,04C

Empresa: FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI Folha: 0003
 C.N.P.J.: 11.513.961/0001-16
 CONSOLIDADO
 Balanço encerrado em: 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2022	2021
	31/12/2022	31/12/2021
PROVISAO P/ CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	2.580.231,03C	1.852.292,02C
PROVISAO P/ CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	2.580.231,03C	1.852.292,02C
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - EXERCICIOS ANTERIORES	1.852.292,02C	668.040,22C
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - EXERCICIO CORRENTE	1.585.765,08C	1.911.401,31C
PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%) - RENDIMENTO APLICACAO F	219.821,91C	102.693,14C
(-) REALIZACAO DO CUSTEIO FEDERAL (7,5%)	1.077.647,98D	829.842,65D
PLANO DE APLICACAO PLURIANUAL 2017 -2020 (FEDERAL)	256.079,36C	1.248.509,14C
PAP - SISTEMAS DE INFORMACOES 2017 - 2020	0,00	273.485,41C
PAP - SISTEMAS DE INFORMACOES - ACAO 1	0,00	273.485,41C
PAP - POLITICA RECUPER., CONSERV. E PROTECAO DE MA	0,00	410.717,68C
PAP - POLITICA RECUPER CONSERV PROTECAO DE MANANCIAS	0,00	209.860,00C
PAP - POLITICA RECUPER CONSERV PROTECAO DE MANANCIAS	0,00	200.857,68C
PAP - MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO 2017 - 20	0,00	93.175,35C
PAP - MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO - ACAO 1	0,00	93.175,35C
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL 2	228.600,00C	344.442,04C
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL - ACA	0,00	39.642,04C
PAP - ED. AMBIENTAL CURSOS E COMUNICACAO SOCIAL - ACA	228.600,00C	304.800,00C
PAP - SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITES PCJ 2017 - 2	0,00	2.990,10C
PAP - SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITES PCJ - ACAO 4	0,00	2.990,10C
PAP - PROGRAMA DE RECUPERACAO DA QUALIDADE DAS /	27.479,36C	123.698,56C
PAP - PROGRAMA RECUPER. QUALIDADE AGUAS DAS BACIAS -	27.479,36C	123.698,56C
GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS - 2021 - 2025	6.133.862,01C	3.211.790,89C
SISTEMA DE INFORMACOES SOBRE RECURSOS HIDRICOS	291.984,32C	291.984,32C
DESENVOLVIMENTO, IMPL., MANUT., ATUALIZACAO SISTEMA I	291.984,32C	291.984,32C
COBRANCA PELO USO DOS RECURSOS HIDRICOS	1.363.495,47C	982.551,00C
ESTUDOS DE FUNDAMENTACAO P/ ATUALIZACAO DE VALORES	264.217,47C	0,00
DESENVOLVIMENTO, MANUTENCAO E ATUALIZACAO DE SERV	1.099.278,00C	982.551,00C
FISCALIZACAO DOS USOS DE RECURSOS HIDRICOS	743.487,48C	0,00
PARTICIPACAO NAS CAMPANHAS DE FISCALIZACAO DOS USOS	743.487,48C	0,00
MONITORAMENTO HIDROMETEOROLOGICO	2.486.526,18C	1.200.190,67C
MONITORAMENTO QUANTITATIVO DOS RECURSOS HIDRICOS:	1.397.793,75C	1.200.190,67C
MONITORAMENTO QUALITATIVO DOS RECURSOS HIDRICOS SI	1.088.732,43C	0,00
SEGURANCA HIDRICA E EVENTOS CRITICOS	729.453,06C	0,00
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E OBRAS IMPL., EXP. OU ADEQ.	729.453,06C	0,00
COMUNICACAO, MOBILIZACAO SOCIAL, EDUCACAO E CAP/	518.915,50C	737.064,90C
COMUNICACAO SOCIAL VOLTADA AO FORTALECIMENTO DO CC	467.565,50C	636.726,02C
CAPACITACAO TENCICA RELACIONADA AO PLANEJAMENTO E G	51.350,00C	100.338,88C
AGENDA SETORIAL - 2021 - 2025	3.870.674,63C	3.311.611,34C
RECUPERACAO DA QUALIDADE DA AGUA	1.601.807,26C	939.270,58C
ELABORACAO, REVISAO OU ATUALIZACAO DOS PLANOS MUNI	52.400,00C	0,00
ELABORACAO DE PROJETOS P/ IMPLANTACAO DE NOVAS ETES	988.495,85C	139.740,24C
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS IMPL., EXPANS., E ADE	560.911,41C	799.530,34C
GESTAO DA DEMANDA	589.610,08C	161.711,36C
ESTUDOS, PLANOS, PROJ., OBRAS OU SERV. P/ CONTROLE E R	589.610,08C	161.711,36C
PROTECAO E CONSERVACAO DOS RECURSOS HIDRICOS	1.679.257,29C	2.210.629,40C
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS E INTERV. REF RECUPERACAO (1.679.257,29C	2.210.629,40C
APOIO AO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA - 2021 - 2025	1.820.864,31C	1.339.454,32C
ACOES FINALISTICAS DO COMITE DE BACIA HIDROGRAFI	1.820.864,31C	1.339.454,32C
ORGANIZACAO E REALIZACAO DE REUNIOES, EVENTOS INTERI	320.871,00C	170.581,32C
SERVICOS DE TI P/ O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS CORPOI	860.593,12C	568.328,00C
SERVICOS DE TI P/ O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS CORPOI	639.400,19C	600.545,00C
MANUTENCAO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA E ENTIDAI	27.295,51C	0,00
MANUTENCAO E CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA ENTIDADI	27.295,51C	0,00

Empresa: FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI

Folha: 0004

C.N.P.J.: 11.513.961/0001-16

CONSOLIDADO

Balanco encerrado em: 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2022	2021
INFRAESTRUTURA E MANUTENCAO DA ENTIDADE DELEGATARIA	31/12/2022 27.295,51C	31/12/2021 0,00
CUSTEIO SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	51.852,02C	12.600,00C
CUSTEIO SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	51.852,02C	12.600,00C
CUSTEIO SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	51.852,02C	12.600,00C
RECEITA DIFERIDA - PROJETO PAPEL ZERO	0,00	159.571,71C
RECEITA DIFERIDA - PROJETO PAPEL ZERO	0,00	159.571,71C
RECEITA DIFERIDA - ENTIDADE DELEGATARIA DIGITAL (EDDIGITAL)	0,00	127.000,00C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO POUPANÇA (EDDIGITAL)	0,00	32.571,71C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - A REPASSAR C.P.	462.328,64C	662.477,48C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2017	0,00	69.970,34C
0498.485-89/2017	0,00	69.970,34C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2020	462.328,64C	592.507,14C
0541.024-34/2020	0,00	65.825,54C
0539.120-61/2020	340.631,05C	355.961,81C
0540.724-89/2020	13.113,32C	12.255,44C
0540.726-07/2020	63.616,23C	82.357,29C
0539.134-21/2020	10.348,04C	15.522,06C
0540.775-00/2020	34.620,00C	60.585,00C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	27.665,41C	52.108,81C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	27.665,41C	52.108,81C
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	27.665,41C	52.108,81C
ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	0,00	0,00
ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	0,00	0,00
OBRIGACAO - ARRECADACAO / COBRANCA FEHIDRO (SIAFEM)	1.722,60D	319,38C
CONTA CORRENTE BB COB EST PTA (9209-6)	1.722,60C	319,38D
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	40.678.815,07C	26.089.688,17C
RECEITAS DIFERIDAS (FEDERAL)	28.285.114,91C	24.086.261,57C
RECEITAS DIFERIDAS - REPASSES A.N.A. (FEDERAL)	21.668.634,37C	20.180.918,00C
RECURSOS FEDERAIS (REPASSES A.N.A.)	21.668.634,37C	20.180.918,00C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEIRA	6.616.480,54C	3.905.343,57C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO FINANCEIRA (A)	6.616.480,54C	3.905.343,57C
EMPREENDIMENTO CONTRATADOS - A REPASSAR L.P.	120.768,41C	426.234,66C
EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - 2020	120.768,41C	426.234,66C
0539.120-61/2020	83.962,25C	280.569,93C
0540.724-89/2020	21.284,10C	34.397,42C
0540.726-07/2020	0,00	55.951,23C
0539.134-21/2020	15.522,06C	20.696,08C
0540.775-00/2020	0,00	34.620,00C
PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL (FEDERAL) 2021 - 2025	2.348.248,87C	560.911,41C
COMUNICACAO, MOBILIZACAO SOCIAL, EDUC. E CAPACITACAO	22.000,00C	0,00
CAPACITACAO TECNICA RELACIONADA AO PLANEJAMENTO E G	22.000,00C	0,00
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DA AGUA - L.P.	2.290.016,52C	425.124,91C
ELABORACAO DE PROJETOS P/ IMPLEMENTACAO DE NOVAS ET	2.290.016,52C	0,00
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS IMPL., EXP., ADEQUACAO	0,00	425.124,91C
GESTAO DA DEMANDA - L.P.	0,00	135.786,50C
ESTUDOS, PLANOS, PROJETOS, OBRAS OU SERV. P/ CONTR. E	0,00	135.786,50C
ACOES FINALISTICAS DO COMITE DE BACIA HIDROGRAFICA	36.232,35C	0,00
ORGANIZACAO E REALIZACAO DE REUNIOES, EVENTOS INTER.	36.232,35C	0,00
RECEITAS DIFERIDAS (ESTADUAL)	22.951,48C	147.347,92C
RECEITAS DIFERIDAS - SECRETARIA EXECUTIVA COMITES	2.158,80C	0,00
RECEITAS DIFERIDAS - SECRETARIA EXECUTIVA COMITES (ESTADUAL)	2.158,80C	0,00
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO S.E./COMITE	20.792,68C	147.347,92C
RECEITA DIFERIDA - RENDIMENTO APLICACAO S.E./COMITE (ESTADUAL)	20.792,68C	147.347,92C
RECEITAS DIFERIDAS TERMO DE COOPERACAO - SABESP	8.750.000,00C	0,00
RECEITAS DIFERIDAS TERMO DE COOPERACAO - SABESP	8.750.000,00C	0,00

Empresa: FUNDAÇÃO AGENCIA DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAI Folha: 0005
 C.N.P.J.: 11.513.961/0001-16
 CONSOLIDADO
 Balanço encerrado em: 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2022	2021
	31/12/2022	31/12/2021
REPASSE TERMO DE COOPERACAO - SABESP	8.750.000,00C	0,00
PROJETO ECOCUENCAS L.P.	176.193,12C	207.755,82C
PROJETO ECOCUENCAS L.P.	176.193,12C	207.755,82C
PROJETO ECOCUENCAS L.P.	336.558,35C	337.765,12C
(-) VARIACAO PROJETO ECOCUENCAS A REALIZAR - L. P.	160.365,23D	130.009,30D
PROVISÕES	975.538,28C	661.176,79C
PROVISÃO P/ CONTINGENCIAS	975.538,28C	661.176,79C
PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS (FEDERAL)	582.041,81C	514.308,54C
PROVISÃO P/ CONTINGÊNCIAS (ESTADUAL)	393.496,47C	146.868,25C
PATRIMONIO LIQUIDO	6.519.542,45C	6.131.434,85C
PATRIMONIO LIQUIDO	6.519.542,45C	6.131.434,85C
PATRIMONIO SOCIAL	1.000,00C	1.000,00C
PATRIMONIO SOCIAL	1.000,00C	1.000,00C
RESULTADOS ACUMULADOS	336.926,09C	527.202,89C
SUPERAVIT ACUMULADO	336.926,09C	527.202,89C
FUNDO PATRIMONIAL	6.181.616,36C	5.603.231,96C
FUNDO PATRIMONIAL - (SUPERAVIT RECURSOS ESTADUAIS)	6.181.616,36C	5.603.231,96C

SERGIO RAZERA
 DIRETOR - PRESIDENTE
 CPF: 015.929.298-00

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI
 Reg. no CRC - SP sob o No. 1SP14643905
 CPF: 030.948.608-42

Empresa: FUNDAÇÃO AG BACIAS HIDROGRÁFICAS RIOS

CNPJ: 11.513.961/0001-16

End.: RUA ALFREDO GUEDES 1949-SALA 304-HIGIENÓPOLIS - CEP:13416-901

Município: PIRACICABA

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

DEMONSTRAÇÃO DE DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022 (Valores em Reais)

	2022	2021
RECEITAS FEDERAIS - COM RESTRIÇÃO	15.800.774,00	15.158.799,90
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (REPASSES)	290.110,07	1.718.389,81
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (CUSTEIO FEDERAL)	1.077.647,98	829.842,65
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2017-2020)	569.259,98	7.091.546,36
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (PAP 2021-2025)	13.827.732,57	5.482.997,68
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (EDDIGITAL)	36.023,40	36.023,40
RECEITAS ESTADUAIS - COM RESTRIÇÃO	95.594,11	198.544,58
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (SEC. EXEC. COMITE)	95.594,11	198.544,58
RECEITAS ESTADUAIS - SEM RESTRIÇÃO	2.183.322,01	2.131.489,11
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (CUSTEIO ESTADUAL)	2.183.322,01	2.131.489,11
RECEITAS ECOCUENCAS - COM RESTRIÇÃO	1.206,77	0,00
RECEITA ECOCUENCAS	1.206,77	0,00
SUPERAVIT BRUTO	18.080.896,89	17.488.833,59
DESPESAS FEDERAIS	(15.759.987,89)	(15.144.788,73)
CUSTEIO FEDERAL	(1.036.861,87)	(815.831,48)
REPASSES P/ PROGRAMAS DE RECURSOS HIDRICOS	(290.110,07)	(1.718.389,81)
PROGRAMA DE APLICACAO PLURIANUAL 2017-2020	(569.259,98)	(7.091.546,36)
PROGRAMA DE APLICACAO PLURIANUAL 2021-2025	(13.827.732,57)	(5.482.997,68)
PROJETO PAPEL ZERO - EDDIGITAL	(36.023,40)	(36.023,40)
DESPESAS ESTADUAIS	(2.466.557,52)	(1.947.567,44)
CUSTEIO ESTADUAL	(2.376.285,25)	(1.752.393,14)
DESPESA SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCJ	(90.272,27)	(195.174,30)
DESPESAS PROJETO ECOCUENCAS	0,00	0,00
DESPESAS PROJETO ECOCUENCAS	0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	640.859,20	184.659,08
DESPESAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	(57.235,32)	(46.682,65)
DESPESAS FINANCEIRAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	(3.150,00)	(1.964,75)
DESPESAS FINANCEIRAS (FEDERAL)	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS (PROJETO ECOCUENCAS)	(618,00)	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS (ESTADUAL)	701.862,52	233.306,48
DESPESAS TRIBUTARIAS	(158.284,59)	(53.933,61)
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS FEDERAIS)	(40.786,11)	(14.011,17)
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS ESTADUAIS)	(114.737,87)	(38.516,91)
DESPESAS TRIBUTARIAS (SECRETARIA EXEC. COMITES)	(2.171,84)	(1.405,53)
DESPESAS TRIBUTARIAS (PROJETO ECOCUENCAS)	(588,77)	0,00
SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	336.926,09	527.202,89

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício

PIRACICABA - SP / 31 DE DEZEMBRO DE 2022

FUNDAÇÃO AGÊNCIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA CAPIVARI E JUNDIAI
CNPJ: 11.513.961/0001-16

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (METODO DIRETO)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
	2022	2021
Recursos Recebidos		
Federais	22.753.101,68	26.177.103,30
Estaduais	2.032.185,25	2.275.422,61
Estaduais (Comite)	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	8.010,44
Ecocuencas	154.939,95	0,00
Entidade Delegatária Digital	0,00	0,00
Devolução Transferencia Custeio	0,00	0,00
Recebimento Indevido Contas Federais	0,00	0,00
Valores de Rendimentos Devolvidos - Empreendimentos	0,00	80.237,29
Pagamentos Realizados		
Aquisições de Bens e Serviços Contas Federais	(131.924,94)	(41.381,62)
Aquisições de Bens e Serviços Contas Estaduais	(1.012.615,50)	(748.763,32)
Aquisições de Bens e Serviços Contas Comite	(93.255,03)	(111.148,91)
Aquisições de Bens e Serviços Ecocuencas	(618,00)	0,00
Aquisições de Bens e Serviços EDDigital	0,00	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Federais	(779.703,70)	(719.945,24)
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Área Técnica Ctas Federais	(75.216,89)	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Estaduais	(1.264.085,76)	(1.110.479,16)
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ctas Comite	0,00	(94.542,66)
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo Ecocuencas	0,00	0,00
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo EDDigital	0,00	0,00
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Federais	(40.786,11)	(14.011,17)
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Estaduais	(114.737,87)	(38.516,91)
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ctas Comite	(2.171,84)	(1.405,53)
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas Ecocuencas	(588,77)	0,00
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas EDDigital	0,00	35,00
Repasses para Empreendimentos Ctas Federais	(290.110,07)	(1.718.389,81)
Repasses para Empreendimentos Ctas Estaduais	0,00	0,00
Ações de Apoio	0,00	0,00
P.A.P 2013-2016	0,00	0,00
P.A.P 2017-2020	(591.204,27)	(7.206.588,47)
P.A.P 2021-2025	(13.888.023,33)	(5.224.192,44)
Devolução de Recusos - Projeto EDDigital	(155.206,12)	0,00
Depósitos Judiciais	(23.835,66)	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	6.476.143,02	11.511.443,40
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Federais	2.930.958,88	1.369.241,78
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Estaduais	701.862,52	233.306,48
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Comite	10.449,69	7.566,27
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Outros Recursos	642,13	165,60
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados Ctas Ecocuencas	0,00	0,00
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados EDDigital	7.214,41	3.835,06
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas Federais	(3.019,22)	(2.722,88)
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo - Recursos PAP	(28.732,00)	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas Estaduais	0,00	0,00
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo Ctas EDDigital	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	3.619.376,41	1.611.392,31
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de Empréstimos	0,00	0,00
Outros recebimentos por Financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
Pagamentos de Arrendamentos Mercantil	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.095.519,43	13.122.835,71
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	43.368.127,28	30.245.291,57
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	53.463.646,71	43.368.127,28

FUNDAÇÃO AGÊNCIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIRACICABA CAPIVARI E JUNDIAI
CNPJ: 11.513.961/0001-16

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL (em R\$)

	Patrimonio Social (Estadual)	Resultados Acumulados (Estadual)	Fundo Patrimonial (Estadual)	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	<u>1.000,00</u>	<u>204.220,09</u>	<u>5.398.969,80</u>	<u>5.633.574,75</u>
Superávit do Exercício	0,00	527.202,89	0,00	527.202,89
Transferência Fundo Patrimonial	0,00	(204.220,09)	204.262,16	42,07
Depreciação Bens Transf. Cons.	0,00	0,00	0,00	(42,07)
Doação Bens Transf. Cons.	0,00	0,00	0,00	(29.342,79)
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2021	<u>1.000,00</u>	<u>527.202,89</u>	<u>5.603.231,96</u>	<u>6.131.434,85</u>
Superávit do Exercício - Estadual	0,00	336.926,09	0,00	336.926,09
Transferência Fundo Patrimonial - Estadual	0,00	(527.202,89)	527.202,89	0,00
Depreciação Bens Transf. Cons. - Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Exercícios Anteriores - Estadual	0,00	0,00	51.181,51	51.181,51
Saldo em 31/12/2022	<u>1.000,00</u>	<u>336.926,09</u>	<u>6.181.616,36</u>	<u>6.519.542,45</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em R\$)

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2022	2021
Receita	18.080.896,89	17.488.833,59
Receitas das atividades (Federal)	15.764.750,60	15.122.776,50
Receitas das atividades EDDigital (Federal)	36.023,40	36.023,40
Receitas das atividades (Estadual)	2.183.322,01	2.131.489,11
Receitas das atividades (Secret. Exec. Comitês)	95.594,11	198.544,58
Receitas das atividades (EcoCuencas)	1.206,77	0,00
Outras Receitas	0,00	0,00
Recursos públicos contabilizados como Receitas	0,00	0,00
Insumos adquiridos de terceiros	-15.658.402,38	-14.969.168,98
(-) Serviços de terceiros (Federal)	-70.747,04	-30.910,18
(-) Serviços de terceiros (Estadual)	-166.206,07	-131.550,69
(-) Materiais, energia e outros (Federal)	-3.042,00	-40,00
(-) Materiais, energia e outros (Estadual)	-72.280,87	-28.772,08
(-) Outros custos e despesas operacionais (Federal)	-14.610.533,97	-14.296.993,79
(-) Outros custos e despesas operacionais EDDigital (Federal)	0,00	0,00
(-) Outros custos e despesas operacionais (Estadual)	-645.320,16	-285.727,94
(-) Outros custos e despesas operacionais (Secret. Exec. Comitês)	-90.272,27	-195.174,30
(-) Outros custos e despesas operacionais (EcoCuencas)	0,00	0,00
Valor Adicionado Bruto	2.422.494,51	2.519.664,61
(-) Depreciações, amortização e exaustão (Federal)	-32.281,35	-43.770,04
(-) Depreciações, amortização e exaustão EDDigital (Federal)	-36.023,40	-36.023,40
Valor Adicionado Líquido produzido pela Instituição	2.354.189,76	2.439.871,17
Receitas Financeiras (Estadual)	701.862,52	233.306,48
Doações recebidas	0,00	0,00
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Total do Valor Adicionado	3.056.052,28	2.673.177,65
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	949.706,37	730.899,32
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	861.921,29	706.455,45
Participação dos empregados	0,00	0,00
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	40.786,11	14.011,17
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	521.998,85	419.408,31
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	2.171,84	1.405,53
Impostos, Taxas e contribuições (EcoCuencas)	588,77	0,00
Capital de terceiros		
Despesas financeiras (Estadual)	57.235,32	46.682,65
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	3.150,00	1.964,75
Despesas financeiras (EcoCuencas)	618,00	0,00
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	57.653,76	6.152,00
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	223.295,88	218.995,58
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	336.926,09	527.202,89
Total do Valor Destinado	3.056.052,28	2.673.177,65

NOTAS EXPLICATIVAS

I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A Agência das Bacias PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitês PCJ.

II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei Federal nº 11.638/2007, na Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal nº 12.973/2014 que alteram artigos da Lei Federal nº 6.404/76, e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais como a Resolução CFC nº 1.409/12, NBC T 10.19 (entidade sem finalidade de lucros), Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III – Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade, transmitido via arquivo digital pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED, através do programa validador da Escrituração Contábil Digital (ECD) e, posteriormente, registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

IV - Resumo das práticas contábeis:

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem futuros benefícios econômicos para a entidade. Em resumo, é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Em resumo representa a “situação líquida” da entidade e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos.

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário.

Nota 8) A partir de recomendação da Auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), os recursos financeiros da cobrança federal, enquanto não realizado o efetivo desembolso, permanecem em duas diferentes modalidades de aplicação financeira. Os valores a serem utilizados num prazo inferior a 30 dias devem ser aplicados especificamente em fundo de renda fixa de curto prazo, cuja composição da carteira é de 100% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Portanto, a Agência das Bacias PCJ realizou a aplicação no Fundo Sigma da Caixa Econômica Federal, o qual atende os

requisitos exigidos. Já os recursos financeiros a serem utilizados em prazo igual ou superior a 30 dias, devem permanecer aplicados em caderneta de poupança.

Nota 9) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, no valor de R\$469.616,49 (quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos) refere-se aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias PCJ, em 2022, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2023.

Nota 10) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, no valor de R\$124.505,37 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e cinco reais e trinta e sete centavos), refere-se aos recursos a receber da ANA, com base na arrecadação sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, nas bacias PCJ, em 2022, a ser repassado à Agência das Bacias PCJ em 2023.

Nota 11) O saldo da conta Termo de Cooperação SABESP a Receber, no valor de R\$8.750.000,00 (oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais), sendo o repasse a ser realizado em 5 (cinco) parcelas fixas e anuais no valor de R\$1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil) é proveniente ao Termo de Cooperação assinado em 2022 entre a SABESP e a Fundação Agência das Bacias PCJ, visando atender ao disposto no art. 13 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017, com adesão ao Programa Produtor de Águas da Agência Nacional de Águas – ANA e da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, por meio do desenvolvimento de atividades em conjunto.

Nota 12) Os Contratos/Fornecedores, firmados para a prestação de serviços à Agência das Bacias PCJ, apresentavam saldos na data do encerramento do exercício, conforme quadro demonstrativo abaixo:

CONTRATOS FORNECEDORES 2015			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 39/2015	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO – FESPSP	19/11/2022 a 18/05/2023	325.037,00
CONTRATOS FORNECEDORES 2017			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 10/2017	SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA	29/03/2022 a 28/03/2023	71.162,30
T.A. 38/2017	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	17/01/2022 a 16/01/2023	291.984,32
CONTRATOS FORNECEDORES 2018			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 31/2018	SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ - SIMEPAR	20/07/2022 a 19/07/2023	291.107,52
T.A. 33/2018	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP	03/08/2022 a 02/08/2023	1.099.278,00
T.A. 46/2018	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP	08/10/2022 a 07/10/2023	877.335,80

CONTRATOS FORNECEDORES 2019			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 07/2019	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO E HIDRAULICA - FCTH	25/04/2022 a 24/04/2023	1.106.686,23
T.A. 14/2019	AACP SERVIÇO AMBIENTAL EIRELI ME	17/11/2022 a 16/11/2023	66.094,98
T.A. 37/2019	MANIFESTA CERIMONIAL EIRELI EPP	03/10/2019 a 16/05/2023	228.600,00
T.A. 41/2019	UNIMED PIRACICABA SOC. COOPERATIVA SERV. MEDICOS	11/12/2022 a 10/12/2023	202.669,68
T.A. 44/2019	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	03/03/2022 a 02/03/2023	104.866,08
CONTRATOS FORNECEDORES 2020			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 02/2020	MACIEL ASSESSORES LTDA	27/01/2022 a 26/01/2023	175.853,08
T.A. 28/2020	MAROUN ADVOGADOS ASSOCIADOS	16/11/2022 a 15/11/2023	64.806,61
CONTRATOS FORNECEDORES 2021			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
T.A. 01/2021	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	12/01/2022 a 11/01/2023	228.011,82
T.A. 07/2021	EQUILÍBRIO ENGENHARIA LTDA - ME	30/10/2022 a 29/01/2023	27.479,36
T.A. 09/2021	MAPA ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS E CARTÕES LTDA	15/02/2022 a 14/02/2023	79.704,05
T.A. 22/2021	REZECON CONTABILIDADE ASSESSORIA LTDA	13/06/2022 a 12/06/2023	27.485,58
T.A. 26/2021	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO – FUNEP	30/12/2022 a 28/02/2023	7.350,00
T.A. 27/2021	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	05/08/2022 a 05/08/2023	99.506,12
T.A. 29/2021	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	10/09/2022 a 09/09/2023	183.435,84
T.A. 32/2021	G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA	11/11/2022 a 10/11/2023	639.400,19
T.A. 38/2021	HIDROSTUDIO ENGENHARIA S/S	22/02/2022 a 21/02/2023	135.786,50
T.A. 39/2021	MEDIALINK COMUNICAÇÃO E MARKETING	07/12/2022 a 06/12/2023	323.053,20
T.A. 41/2021	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	11/12/2022 a 10/12/2023	785.650,49
T.A. 42/2021	SERMESTRA SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME	18/04/2022 a 17/04/2023	1.052,25
T.A. 43/2021	PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.	30/12/2021 a 29/06/2023	425.124,91

CONTRATOS FORNECEDORES 2022			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SALDO – R\$
CT 07/2022	TCA SOLUÇÕES E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA EPP	06/04/2022 a 05/04/2023	52.400,00
CT 08/2022	MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ME	06/04/2022 a 05/10/2023	8.366,64
CT 09/2022	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA – FUMEP	12/04/2022 a 11/04/2024	66.000,00
CT 10/2022	MÁRCIA CRISTINA ALVES DOS SANTOS 12345178841	29/04/2022 a 28/04/2023	4.500,00
CT 12/2022	CONSOMINAS ENGENHARIA LTDA	23/05/2022 a 22/05/2023	743.487,48
CT 13/2022	BARRAÇÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	01/06/2022 a 30/05/2023	4.000,00
CT 14/2022	TONER COPY LTDA – EPP	01/06/2022 a 30/05/2023	14.072,50
CT 15/2022	HIDROSTUDIO ENGENHARIA S/S	13/11/2022 a 12/01/2023	696.549,06
CT 17/2022	GABRIELA NERY DA SILVA DE MATTOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	27/06/2022 a 26/06/2023	15.744,00
CT 18/2022	ACQUAVIVA PROMOCOES E EVENTOS LTDA	27/06/2022 a 26/06/2023	14.350,00
CT 20/2022	TELEFONICA BRASIL SA	07/07/2022 a 06/07/2024	13.915,79
CT 22/2022	HIDROBR CONSULTORIA LTDA	13/07/2022 a 12/07/2023	264.217,47
CT 24/2022	SINO CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA - EPP	04/08/2022 a 03/08/2023	10.800,00
CT 25/2022	LASCA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ARQUEOLOGIA LTDA EPP	05/12/2022 a 04/05/2023	32.904,00
CT 26/2022	CPS ENGENHARIA E SOLUCOES LTDA	01/08/2022 a 01/11/2023	589.610,08
CT 27/2022	3 S TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	09/08/2022 a 08/08/2023	11.460,00
CT 28/2022	COMP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP	18/08/2022 a 17/08/2027	294.975,45
CT 29/2022	POSTO PIRACENA LTDA	18/08/2022 a 17/08/2023	14.917,63
CT 30/2022	MODA AUDITORES INDEPENDENTES S/S	31/08/2022 a 30/03/2023	26.700,00
CT 31/2022	VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	02/09/2022 a 01/02/2023	16.271,00
CT 34/2022	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA	16/09/2022 a 15/09/2023	317.202,00
CT 36/2022	BH PRESS COMUNICACAO LTDA	11/10/2022 a 10/07/2023	73.350,00

CT 37/2022	TWO CLOUD SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI	03/11/2022 a 02/11/2023	325.206,28
CT 39/2022	MANIFESTA CERIMONIAL EIRELI EPP	01/11/2022 a 01/01/2023	13.909,05
CT 40/2022	EXO COMPANY PARTICIPACOES LTDA	24/11/2022 a 23/11/2024	119.999,86
CT 41/2022	BANCO DO BRASIL S/A	22/12/2022 a 21/06/2025	383.483,22
CT 42/2022	K2FS SISTEMAS E PROJETOS LTDA - EPP	22/12/2022 a 21/03/2023	234.105,00
CT 43/2022	MANIFESTA CERIMONIAL EIRELI EPP	22/12/2022 a 21/01/2024	32.991,36
T.A. 19/2022	IKHON - GESTÃO, CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA	01/07/2022 a 30/06/2023	19.005,00

Nota 13) O imobilizado foi registrado da seguinte forma: Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada.

Nota 14) Em atendimento ao princípio da competência foram realizados pagamentos em 2022, provisionados até a data de 31/12/2021, na esfera federal, no montante de R\$408.940,84 (quatrocentos e oito mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, rescisões de estagiários a pagar e férias a pagar assumidos no exercício social de 2021, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2022, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2021 com Pagamentos em 2022 – Federal	Valor – R\$
BH PRESS COMUNICAÇÃO	13.880,22
MC PROJETOS DE COMUNICAÇÃO	2.091,66
NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	94.908,93
SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP	188.312,34
SALARIOS A PAGAR	48.765,00
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	8.700,00
RESCISÕES A PAGAR	4.920,07
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	620,79
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	11.217,16
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	186,54
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	31.144,58
FÉRIAS A PAGAR	4.193,55
TOTAL	408.940,84

Nota 14.1) Ainda em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2022, na esfera federal, o montante de R\$283.635,42 (duzentos e oitenta e

três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, rescisões de estagiários a pagar, férias a pagar e aluguéis assumidos no exercício social de 2022, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2023 ou, posteriormente, no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2022 com Pagamentos em 2023 – Federal	Valor – R\$
BH PRESS COMUNICAÇÃO	7.217,09
IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA	68.545,95
SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA - EPP	18.515,00
VB AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	17.874,11
SALARIOS A PAGAR	52.137,00
ESTAGIÁRIOS A PAGAR	7.675,00
RESCISÕES A PAGAR	5.674,96
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	660,95
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	1.425,96
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	198,61
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	1.474,99
FÉRIAS A PAGAR	95.877,44
ALUGUÉIS A PAGAR	6.358,36
TOTAL	283.635,42

Nota 15) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados valores, na esfera estadual, no montante de R\$370.540,85 (trezentos e setenta mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2021, mas que saíram das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ no exercício Social de 2022, ou sairão posteriormente no caso das férias a pagar e encargos sobre férias, conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2021 com Pagamentos em 2022 - Estadual	Valor – R\$
BARRAÇÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	740,00
CIA PROCESSAM. DE DADOS DO ESTADO DE SP - PRODESP	4.779,45
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	438,28
MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTÕES LTDA	7.231,66
TELEFONICA BRASIL S/A	599,68
TIM CELULAR S/A	1.218,31
SALARIOS A PAGAR	20.962,00
INSS A PAGAR	36.405,38
FGTS A PAGAR	12.297,17
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.537,07
IRRF S/ RENDIMENTOS	40.107,03
ALUGUÉIS A PAGAR	8.522,30

CONDOMÍNIOS A PAGAR	7.082,32
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	575,33
FÉRIAS A PAGAR	167.927,10
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	60.117,77
TOTAL	370.540,85

Nota 15.1) Valores provisionados em 2022, na esfera estadual, no montante de R\$287.765,55 (duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores de mercadorias e serviços, salários a pagar, impostos e encargos sociais, aluguéis a pagar, condomínio a pagar, tarifas bancárias, férias a pagar e encargos sobre férias a pagar, assumidos no exercício social de 2022, mas que sairão das contas bancárias da Agência das Bacias PCJ, no exercício Social de 2023, ou, posteriormente, no caso das férias a pagar e encargos s/ férias conforme quadro abaixo:

Valores Provisionados em 2022 com Pagamentos em 2023 - Estadual	Valor – R\$
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RECURSOS HIDRICOS	2.620,00
BARRACÃO BOX DEPOSITO INTELIGENTE LTDA	800,00
COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	433,39
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	147,24
MAPA ADMINISTRADORA DE CONVENIOS E CARTÕES LTDA	7.616,25
SERMESTRA SERV. DE MEDICINA E SEG. DO TRAB. LTDA	350,75
TELEFONICA BRASIL S/A	300,92
SALARIOS A PAGAR	22.866,00
INSS A PAGAR	40.308,84
FGTS A PAGAR	13.632,84
PIS S/ FOLHA A PAGAR	1.704,17
IRRF S/ RENDIMENTOS	46.364,43
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	973,94
ISSQN RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	198,89
CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA FONTE - CRF	16,31
ALUGUÉIS A PAGAR	2.972,30
CONDOMÍNIOS A PAGAR	8.152,05
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	784,80
FÉRIAS A PAGAR	77.058,45
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	60.463,98
TOTAL	287.765,55

Nota 16) Férias a Pagar e Encargos: Foram “provisionados” com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial.

Nota 17) A conta Recursos Federais (ANA) é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (ANA) oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. A Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020,

estabelece que, do total arrecadado, juntamente com os rendimentos financeiros, a entidade pode utilizar até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio administrativo. O saldo restante de 92,5% (noventa e dois e meio por cento) é dividido entre Repasse para os Empreendimentos contratados, Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020 e o Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025. A Resolução ANA nº 29 também define que os recursos arrecadados e os respectivos rendimentos financeiros não utilizados no exercício financeiro poderão ser utilizados no exercício subsequente, observada a limitação ora mencionada.

COBRANÇA FEDERAL – em R\$

Período	Arrecadação		Rendimentos Financeiros		Limite p/ Custeio (7,5%)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Janeiro	107.531,94	77.247,72	201.880,55	111.233,18	23.205,94	14.136,07
Fevereiro	271.901,91	111.809,64	216.875,01	111.148,81	36.658,27	16.721,88
Março	8.832,89	85.816,24	176.548,41	111.778,13	13.903,60	14.819,58
Abril	2.105.625,28	621.880,27	209.954,98	104.720,63	173.668,52	54.495,07
Maio	3.078.643,69	196.162,91	187.007,66	105.863,01	244.923,85	22.651,94
Junho	3.404.438,48	2.509.793,72	236.939,43	98.439,01	273.103,35	195.617,45
Julho	1.458.670,24	3.982.944,33	236.272,82	99.596,00	127.120,73	306.190,52
Agosto	4.827.714,16	4.600.500,49	274.594,35	103.617,77	382.673,14	352.808,87
Setembro	3.137.382,59	4.301.217,56	298.674,33	114.382,28	257.704,26	331.169,99
Outubro	1.830.054,50	4.071.687,76	279.577,61	124.291,03	158.222,41	314.698,41
Novembro	1.720.321,98	3.965.649,73	298.597,53	138.641,11	151.418,96	307.821,81
Dezembro	95.526,82	799.145,03	314.036,20	145.530,82	30.717,23	70.850,69
Total	22.046.644,48	25.323.855,40	2.930.958,88	1.369.241,78	1.873.320,26	2.001.982,28

Nota 18) O valor utilizado pela entidade para custeio federal (7,5%) foi de R\$1.077.647,98 (um milhão e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), conforme quadro abaixo:

DESPESAS DE CUSTEIO FEDERAL em R\$		
Discriminação das Despesas	2022	2021
Despesas Trabalhistas	867.681,48	730.899,32
Despesas Gerais e Administrativas	138.335,53	41.162,12
Despesas Tributárias	40.786,11	14.011,17
Depreciação Bens Fundação	30.844,86	43.770,04
TOTAL	1.077.647,98	829.842,65

Nota 18.1) Ressalta-se que na nomenclatura “despesas trabalhistas” estão inclusos, de acordo com a Resolução ANA nº 29, de junho de 2020, apenas os valores dos salários líquidos, e 13º salário líquido dos Diretores da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários admitidos através de concurso público da Agência das Bacias PCJ e dos funcionários aprovados em processo seletivo e reconduzidos do Consórcio PCJ para a Agência das Bacias PCJ, pois os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento), incidentes sobre esses salários, são pagos através dos recursos financeiros estaduais.

Nota 18.2) Em 2022, os líquidos de salários e 13º salário dos funcionários da área técnica, em conformidade com a Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020, a qual define o enquadramento de despesas finalísticas, passaram a ser reconhecidos e pagos utilizando recursos disponíveis para os PAP 2021-2025, totalizando no período R\$82.024,89 (oitenta e dois mil e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos), sendo os encargos sociais (INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento) pagos com recursos da cobrança estadual paulista.

Nota 18.3) Para cobrir o custeio administrativo do exercício 2022, a Agência das Bacias PCJ utilizou o saldo de R\$1.077.647,98 (um milhão e setenta e sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), referente ao exercício de 2021. Assim, para o exercício 2022, estará disponível o saldo remanescente de 2021 no montante de R\$774.644,04 (setecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos) acrescido do montante de R\$1.873.320,26 (um milhão, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e vinte reais e vinte e seis centavos), descontado o valor de R\$67.733,27 (sessenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e sete centavos) referente a atualização da provisão de verbas rescisórias (discriminada na nota 19.1), totalizando R\$2.580.231,03 (dois milhões, quinhentos e oitenta mil, duzentos e trinta e um reais e três centavos) tendo em vista a não utilização no exercício 2022, estando o montante, disponível para utilização no custeio dos exercícios subsequentes.

RECURSOS DE CUSTEIO (7,5%) EM 2022 – FEDERAL – em R\$	
(+) Provisão Custeio 7,5% - exercícios anteriores	1.852.292,02
(-) Realização Custeio 7,5% 2022	(1.077.647,98)
(=) Subtotal	774.644,04
(+) Provisão Custeio 7,5% - exercício corrente	1.873.320,26
(-) Atualização provisão para contingências	(67.733,27)
TOTAL	2.580.231,03

Nota 18.4) As Certidões Negativas de Débitos, em relação aos recolhimentos dos encargos sociais, são partes integrantes desses relatórios.

Nota 19) A conta provisão para contingências (federal) apresenta a seguinte composição:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – FEDERAL – em R\$		
PROVISÕES	2022	2021
Verbas Rescisórias	574.794,52	507.061,25
Processos Judiciais	7.247,29	7.247,29
TOTAL	582.041,81	514.308,54

Nota 19.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em 2015 devido à entidade delegatária entender necessária a provisão para contingências, considerando que o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, teria vigência até 31 de dezembro de 2020. No entanto, celebrou-se o novo Contrato de Gestão nº 033/2020 com a ANA com vigência até 31/12/2025. Assim, visando evidenciar a possibilidade de não renovação ou mesmo o encerramento de forma antecipada, mediante a instituição de uma nova Agência de Águas nas Bacias PCJ, justifica-se a continuidade dessa provisão para contingências, em relação às verbas indenizatórias que seriam devidas no caso das rescisões contratuais de 9

colaboradores pagos com recursos da arrecadação federal. O valor foi constituído através do saldo de custeio administrativo (7,5%). Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2022.

Nota 19.2) Em 2020, foi constituída provisão referente ao processo nº 0007773.07.2014.403.6105, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Campinas, sendo requerente CNDA – Conselho Nacional de Defesa do Meio Ambiente, e como requeridas a Agência das Bacias PCJ e Caixa Econômica Federal. A ação proposta pelo CNDA tem como objeto a desobrigação da restituição do valor de R\$144.945,81 (cento e quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), bem como a exigência de pagamento de R\$30.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais. A decisão considerou que o CNDA estava desobrigado a realizar o pagamento do valor de R\$ 144.945,81, uma vez que já havia decisão do Tribunal de Contas da União neste sentido. Com relação aos danos morais, o processo foi julgado improcedente. Com base na decisão exarada, a Agência das Bacias foi condenada em honorários de sucumbência no valor de 10% sobre o valor da ação, apurando-se o valor de R\$14.494,58 (catorze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos), valor que será atualizado até o momento do cumprimento da sentença, devendo a Agência das Bacias PCJ arcar com 50% do valor e a Caixa Econômica com 50% restantes. A Fundação Agência das Bacias PCJ recorreu a decisão, todavia, a mesma foi mantida em 2ª instância, tendo o processo transitado em julgado. Será iniciado o cumprimento da sentença, justificando a criação da provisão ora mencionada. Em 2022 foi realizado pagamento de guia para garantia em juízo no valor de R\$23.835,66 (vinte e três mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos) a título de honorários sucumbenciais por parte do CNDA, valor este registrado no ativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, sob a rubrica “DEPOSITO JUDICIAL - PROCESSO CNDA Nº 0007773-07.2014.4.03.6105”.

Nota 20) De acordo com o relatório dos processos judiciais em andamento apresentado pela assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ, existe o processo nº 1010843-85.2018.8.26.0451, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba, sendo requerente a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, e requerida a Agência das Bacias PCJ. A autora questiona o critério de cobrança pelo uso da água captado no Sistema Cantareira, no período compreendido entre março de 2014 e novembro de 2016, lapso de tempo em que a Região Metropolitana de São Paulo foi atingida por uma grave crise hídrica, onde a ANA e o DAEE reduziram as vazões máximas médias mensais permitidas para captação, contudo, a base de cálculo pelo uso da água permaneceu respeitando a vazão outorgada estabelecida inicialmente. A partir disso, expõe fundamentos alegando ilegalidade no valor da cobrança pelo uso da água, requerendo assim a inexigibilidade do valor de R\$2.706.909,58 (dois milhões, setecentos e seis mil, novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos) depositado judicialmente. A Fundação Agência das Bacias PCJ contestou a ação. Houve sentença julgando procedentes os pedidos da Autora para determinar que no cálculo da cobrança pelo uso da água no Sistema Cantareira com base de cálculo, as vazões máximas médias mensais estabelecidas nos Comunicados Conjuntos – ANA/DAEE e conseqüentemente a nulidade da cobrança realizada no valor de R\$2.706.909,58 (dois milhões, setecentos e seis mil, novecentos e nove reais e cinquenta e oito centavos). A Fundação Agência das Bacias PCJ foi condenada ao pagamento de

honorários advocatícios sucumbenciais fixados nos moldes do artigo 85, §3º do Código de Processo Civil. O valor estimado dos honorários é de R\$220.185,48 (duzentos e vinte mil, cento e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). A assessoria jurídica da Agência das Bacias PCJ classificou a ação como provável perda, fato que originou provisão do valor no exercício corrente. Foi interposto Recurso de Apelação pela Fundação Agência das Bacias PCJ, solicitando a reforma da decisão com relação ao mérito, ou ao menos com relação aos honorários sucumbenciais aplicados na sentença.

Nota 21) A conta provisão para contingências (estadual) apresenta a seguinte composição:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – ESTADUAL – em R\$		
PROVISÕES	2022	2021
Verbas Rescisórias	173.310,99	146.868,25
Processos Judiciais	220.185,48	0,00
TOTAL	393.496,47	146.868,25

Nota 21.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída em no exercício de 2018, referente a contingência trabalhistas, visando pagamento de verbas indenizatórias que seriam devidas no caso de rescisão contratual de 4 colaboradores pagos com recursos da arrecadação estadual. Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma. Os valores foram atualizados no encerramento do exercício 2022.

Nota 22) A conta empreendimentos contratados refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (incluso no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ, repassados pela Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês PCJ, com acompanhamento e autorização da Caixa Econômica Federal, agente técnico e financeiro.

Nota 23) Em 2017, os Comitês PCJ, através da Deliberação nº 258/2016, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2017 a 2020, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ. As ações serão contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 24) Em 2020, os Comitês PCJ através de Deliberação nº 345/2020, aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) das bacias PCJ, sendo definidos, para o período de 2021 a 2025, investimentos (inclusos no percentual de 92,5% dos recursos federais), com origem na cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União das bacias PCJ. As ações serão contratadas pela Agência das Bacias PCJ no período de abrangência do plano.

Nota 25) O projeto EcoCuencas foi aprovado em 2014 pelo Programa da Comissão Europeia sobre Gestão de Bacias e Mudanças Climáticas (WaterClima) e tem como objetivo melhorar a gestão das bacias hidrográficas, implementando mecanismos de redistribuição financeira, aliados ao desenvolvimento sustentável. No mês de junho de 2015, a Agência das Bacias PCJ

assegurou, por meio da assinatura de um Contrato de Consórcio, a sua participação no projeto em conjunto com o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil).

Nota 25.1) No exercício de 2022 foi repassado à Agência das Bacias PCJ pela Comissão Europeia, o montante de R\$154.939,95 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos) sendo retido na operação de câmbio R\$618,00 (seiscentos e dezoito reais) de tarifas e R\$588,77 (quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos) a título de IOF. Não houve outros desembolsos referentes ao projeto.

Nota 25.2) No encerramento do exercício de 2022 o saldo a ser realizado pelo Projeto EcoCuencas, apresentava o montante de R\$336.558,50 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), reconhecido em conta do passivo "Projeto Ecocuencas", apresentando variação cambial a realizar de R\$160.365,23 (cento e sessenta mil, trezentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos) estando disponíveis para o projeto o montante de R\$176.193,27 (cento e setenta e seis mil, cento e noventa e três reais e vinte e sete centavos).

Nota 26) Os empreendimentos contratados, reconhecidos no passivo circulante, terão seu desembolso durante o ano de 2023, de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro dos contratos celebrados entre o tomador do recurso e a Caixa Econômica Federal. Os desembolsos previstos, com prazo maior que doze meses, estão reconhecidos no passivo não circulante, e apresentam a estimativa de conclusão conforme quadro demonstrativo abaixo:

EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS A REPASSAR – Em R\$			
CONTRATO	2023	2024	2025
0539.120-61/2020	340.631,05	52.896,24	31.066,01
0540.724-89/2020	13.113,32	14.031,25	7.252,85
0540.726-07/2020	63.616,23	0,00	0,00
0539.134-21/2020	10.348,04	10.348,04	5.174,02
0540.775-00/2020	34.620,00	0,00	0,00
TOTAL	462.328,64	77.275,53	43.492,88

Nota 27) Os projetos contratados do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2017 a 2020, terão seu total desembolso durante o ano de 2023.

Nota 27.1) Os projetos contratados do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2021 a 2025, reconhecidos no passivo não circulante, terão seu total desembolso durante o ano de 2024 de acordo com estimativa baseada no cronograma físico-financeiro.

Nota 28) Os recursos financeiros disponíveis na conta "Receitas Diferidas – Repasse ANA (federal) estão provisionados no Passivo Não Circulante, tendo em vista que serão finalizados processos licitatórios e celebrados contratos em 2023 pela Agência das Bacias PCJ e tomadores de recursos para empreendimentos, sendo que os desembolsos deverão ser

realizados nos exercícios de 2023 e 2024, conforme previsão de cronograma físico-financeiro.

Nota 29) A partir das informações disponibilizadas no Balanço Patrimonial do exercício 2022, o quadro a seguir esclarece com maior detalhamento a estimativa dos compromissos de curto e longo prazos a serem realizados com recursos da cobrança federal pela Agência das Bacias PCJ no período de 2022 a 2025.

GRUPO	Estimativa de Desembolso – em R\$		
	2023	2024	2025
Custeio administrativo	2.580.231,03	-	-
Repassa para Empreendimentos	462.328,64	77.275,53	43.492,88
Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020	256.079,36	-	-
Plano de Aplicação Plurianual 2021-2025	11.855.864,31	2.348.248,87	-
Receitas Diferidas	-	14.140.973,53	14.140.973,53
Total	15.154.503,34	16.566.497,93	14.184.466,41

Nota 30) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 – Receitas e NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na Demonstração de Superávit ou Déficit;

Nota 30.1) As receitas são subdivididas em Federais (ANA), Estaduais (FEHIDRO), Estaduais (Secretaria Executiva dos Comitês), Projeto EcoCuencas e Projeto Papel Zero (EDDigital), conforme quadros demonstrativos abaixo:

Receitas Federais	2022 – (R\$)	2021 – (R\$)
Receitas Transferência Federal (repasses)	290.110,07	1.718.389,81
Receitas Transferência Federal (custeio)	1.077.647,98	829.842,65
Receitas Transferência Federal (PAP 2017-2020)	569.259,98	7.091.546,36
Receitas Transferência Federal (PAP 2021-2025)	13.827.732,57	5.482.997,68
Receitas Transferência Federal (EDDigital)	36.023,40	36.023,40
Total das Receitas Federais	15.800.774,00	15.158.799,90

Receitas Estaduais	2022 – (R\$)	2021 – (R\$)
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	2.183.322,01	2.131.489,11
Receitas Financeiras (Aplicação FEHIDRO)	701.862,52	233.306,48
Receitas Transferência Estadual (Secretaria Executiva Comitês)	95.594,11	198.544,58
Total das Receitas Estadual	2.980.778,64	2.563.340,17

Receitas EcoCuencas	2022 – (R\$)	2021 – (R\$)
Receita Projeto EcoCuencas	1.206,77	0,00
Total das Receitas EcoCuencas	1.206,77	0,00

Nota 30.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 30.3) Em dezembro de 2021, foi reconhecido como 10,00% (dez por cento) de arrecadação o montante de R\$267.298,22 (duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos), porém o valor correspondente ao repasse para custeio pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos dos rios de domínio do Estado de São Paulo do período foi de R\$318.479,73 (trezentos e dezoito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos), deixando de reconhecer receita no montante de R\$51.181,51 (cinquenta e um mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos). Por se tratar de recurso da competência 2021, para não influenciar o exercício corrente, o valor não reconhecido em dezembro de 2021 foi alocado em janeiro de 2022 à conta do Patrimônio Social, "FUNDO PATRIMONIAL – (SUPERÁVIT RECURSOS ESTADUAIS)".

Nota 30.4) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira do setor elétrico, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Nota 30.5) Os recursos de origens federais (ANA) são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União nas bacias PCJ e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%) e Investimentos (92,5%), conforme Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA), visando o exercício de funções de competência de Agência de Água nas Bacias PCJ.

Nota 30.6) Os recursos de origem do Projeto EcoCuencas são aportados pela Comissão Europeia, sendo que a Agência das Bacias PCJ deve respeitar as normas para adjudicação de contratos pelos beneficiários de subvenções no marco das ações exteriores da União Europeia quando utilizar tais recursos financeiros.

Nota 30.7) Os recursos de origem do Projeto Papel Zero – Entidade Delegatária Digital são recursos federais do orçamento da Agência Nacional de Águas, repassados à Agência das Bacias PCJ, conforme segundo termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, com a finalidade de implantação de um sistema digital de gestão de documentos, procedimentos arquivísticos e aquisição de equipamentos de informática. Tratando-se de recursos de pagamento pelo uso de recursos hídricos, conforme indicado pela ANA no OFÍCIO nº 78/2022/SAS/ANA, Documento nº 02500.040201/2022-58, de 28 de julho de 2022, e também se tratando de recursos anteriores ao Contrato de Gestão nº 3/ANA/2011, em 2022, foi devolvido o valor de R\$155.206,12 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e seis reais e doze centavos) constante em conta poupança Caixa Econômica Federal do projeto. O passivo apresenta rubrica "PROJETO PAPEL ZERO – EDDIGITAL" com saldo, referente ao valor contábil dos bens adquiridos com recurso do projeto, que se realizarão conforme a depreciação dos bens.

Nota 30.8) Em 2022, foi assinado Termo de Cooperação nº 020/22-PJ entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá com a finalidade de promover ações conjuntas visando o desenvolvimento de atividades para atender ao disposto no art. 13 da Resolução Conjunta ANA/DAEE n. 926/2017, com adesão ao Programa Produtor de Águas da Agência Nacional de Águas – ANA e da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ.

Nota 30.9) Tanto os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, quanto os recursos federais, Projeto EcoCuencas, e Projeto Papel Zero - EDDigital bem como, os recursos do Termo de Cooperação SABESP, são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura.

Nota 30.10) Em 2021, foi recebido a título de garantia contratual, o montante de R\$ 8.010,44 (oito mil e dez reais e quarenta e quatro centavos), referente ao contrato 09/2021 Mapa Administradora de Convênios e Cartões Ltda. O valor representa 5% do valor do contrato e será restituído ao prestador após a execução total do contrato. Foi aberta Conta Poupança Banco do Brasil (Agência 1897, Conta 20031-x) para esta finalidade, e em contrapartida criada a conta do passivo “GARANTIA DE CONTRATO – MAPA ADM DE CONV E CARTOES”.

Nota 30.11) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.”

Ainda, item 15A:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual Secretaria Executiva dos Comitês, EDDigital, quanto de outras fontes, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 31) A Agência das Bacias PCJ é responsável por transmitir informações necessárias para emissão de boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ, ao Banco do Brasil e também, prestar contas à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos dos recursos recebidos para custeio, conforme contrato de prestação de serviços de cobrança bancária firmado entre as partes acima mencionadas. A modalidade de cobrança bancária utilizada é a “Cobrança com Registro”, Convênio 2477882, na qual, a Agência das Bacias PCJ deverá enviar informações de cobrança dos usuários ao Banco do Brasil via arquivo digital e acompanhar diariamente a movimentação e controle da conta. Para tanto, a Agência das Bacias PCJ para controle dos valores arrecadados, apresenta conta bancária, no passivo denominada “Conta Banco do

Brasil nº 9209-6 FEHIDRO (SIAFEM)”, onde é reconhecida a movimentação diária, porém, por não ser de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ a autorização da realização das saídas dos recursos financeiros, a movimentação é nula no resultado do período. Foram reconhecidas apenas as transferências FEHIDRO de até 10% (dez por cento) dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias PCJ para despesas de custeio administrativo e pessoal estabelecido na proposta orçamentária para o exercício de 2021 aprovada pelos Comitês PCJ através da Deliberação dos Comitês PCJ nº 347/20, de 11/12/2020, bem como no Decreto Estadual nº 50.667/2006, o qual estabelece os condicionantes para o fluxo financeiro e da aplicação dos recursos da cobrança estadual pelo uso dos recursos hídricos. No encerramento do exercício, esta conta apresentava saldo de R\$1.722,60 (um mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta centavos).

Nota 32) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Repasses para empreendimentos;
- c) Plano de Aplicação Plurianual (2017-2020 e 2021-2025);
- d) Secretaria Executiva Comitês PCJ;
- e) Projeto EcoCuencas;
- f) Projeto Papel Zero (EDDigital).

Nota 33) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações dos Comitês PCJ e os limites para custeio administrativo.

Nota 34) O superávit do exercício de 2022, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$336.926,09 (trezentos e trinta e seis mil novecentos e vinte e seis reais e nove centavos) e será alocado no patrimônio da entidade na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Agência das Bacias PCJ;

Descrição	Valores em Reais	
	2022	2021
Fundo Patrimonial	336.926,09	527.202,89
Superávit exercício	336.926,09	527.202,89

Nota 35) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 35.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 35.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde é discriminado abaixo os valores efetivamente recebidos em 2022, bem como os pagamentos efetuados.

Movimentação Financeira – Federal – em R\$		
	2022	2021
Saldo Inicial	36.680.231,45	23.980.880,71
(+) Recursos Recebidos	22.753.101,68	26.177.103,30
(+) Rendimentos Financeiros	2.930.958,88	1.369.241,78
(+) Valores Rendimentos Devolvidos Empreendimentos	0,00	80.237,29
(-) Subtotal	62.364.292,01	51.607.463,08
(-) Desembolsos Custeio Federal	952.414,75	775.338,03
(-) Depósitos Judiciais	23.835,66	0,00
(-) Desembolsos Repasses Empreendimentos	290.110,07	1.718.389,81
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2017-2020)	591.204,27	7.206.588,47
(-) Desembolsos Plano Aplicação Plurianual (2021-2025)	13.963.240,22	5.224.192,44
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo	31.751,22	2.722,88
Saldo Final	46.511.735,82	36.680.231,45

Movimentação Financeira – Estadual – em R\$		
	2022	2021
Saldo Inicial	6.509.268,14	6.097.829,27
(+) Recursos Recebidos Custeio	2.032.185,25	2.275.422,61
(+) Recursos Recebidos – Secr. Exec. Comitês	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros Custeio	701.862,52	233.306,48
(+) Rendimentos Financeiros Secr. Executiva	10.449,69	7.566,27
(-) Subtotal	9.253.765,60	8.614.124,63
(-) Desembolsos Custeio Estadual	2.391.439,13	1.897.759,39
(-) Desembolsos Secretaria Exec. Comitês	95.426,87	207.097,10
Saldo Final	6.766.899,60	6.509.268,14

Movimentação Financeira – EDDigital – em R\$		
	2022	2021
Saldo Inicial	147.991,71	144.121,65
(+) Recursos Recebidos EDDigital	0,00	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	7.214,41	3.835,06
(+) Estorno de Tarifas Bancárias	0,00	35,00
(-) Subtotal	155.206,12	147.991,71
(-) Desembolsos EDDigital	0,00	0,00
(-) Devolução de Recursos - Projeto EDDigital	155.206,12	0,00
Saldo Final	0,00	147.991,71

Movimentação Financeira – EcoCuencas – em R\$		
	2022	2021
Saldo Inicial	22.459,94	22.459,94
(+) Recursos Recebidos – EcoCuencas	154.939,95	0,00
(+) Rendimentos Financeiros	0,00	0,00
(-) Subtotal	177.399,89	22.459,94
(-) Desembolsos EcoCuencas	1.206,77	0,00
Saldo Final	176.193,12	22.459,94

Movimentação Financeira – Outras Fontes – em R\$		
	2022	2021
Saldo Inicial	8.176,04	0,00
(+) Recursos Recebidos – Garantia Contratual	0,00	8.010,44
(+) Rendimentos Financeiros	642,13	165,60
(=) Subtotal	8.818,17	8.176,04
(-) Desembolsos Outras Fontes	0,00	0,00
Saldo Final	8.818,17	8.176,04

Nota 36) Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

Nota 36.1) Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas, conforme previsão no Cap. IX, art. 30 do Estatuto Social da Entidade.

Nota 37) Cobertura de Seguros:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, atendendo principalmente o princípio contábil de continuidade.

ITEM SEGURADO	COBERTURA – em R\$	VIGÊNCIA
Empresarial	1.930.000,00	30/05/2022 a 25/05/2023
Vida em grupo	559.000,00	10/01/2022 a 10/01/2023
Gol EGR-1136	89.589,00	21/03/2022 a 21/03/2023
Gol EGR-1303	89.589,00	21/03/2022 a 21/03/2023
Polo EZT-1031	89.589,00	21/03/2022 a 21/03/2023

Relatório

Contábil 2022

Fundação Agência das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá

.

